

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

NARA SOARES SOUSA

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA : uma
análise sobre a reestruturação da força de trabalho nos países da OCDE, no período
de 2000 a 2010

São Luís
2012

NARA SOARES SOUSA

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA : uma análise sobre a reestruturação da força de trabalho nos países da OCDE, no período de 2000 a 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Menezes Gomes

São Luís
2012

Sousa, Nara Soares

A mundialização do capital e a superpopulação relativa: uma análise sobre a reestruturação da força de trabalho nos países da OCDE, no período de 2000 a 2010. / Nara Soares Sousa. – São Luís, 2012.

105f.

Orientador: Profº. Drº José Menezes Gomes.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2012.

1. Mundialização do Capital 2.Superpopulação relativa
3.Neoliberalismo I. Título.

CDU 330.342.3

NARA SOARES SOUSA

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A SUPERPOPLUAÇÃO RELATIVA : uma análise sobre a reestruturação da força de trabalho nos países da OCDE, no período de 2000 a 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 30 de março de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Menezes Gomes (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias
Universidade Federal do Maranhão

Para minha mãe

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da vida, por todas as oportunidades que tem me concedido.

Aos meus pais, por todo amor, carinho, dedicação, esforços e sacrifícios.

Ao meu irmão, por ser o amigo fiel com quem eu sempre posso contar.

Aos professores, pelo conhecimento transmitido, em especial a José Menezes Gomes por sua orientação.

Ao Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas, pela oportunidade.

A cada um dos meus amigos de turma, pelo companheirismo durante esses anos, em todos os momentos bons, e nos difíceis também.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas em especial a Izabel Sardinha pelo apoio e colaboração constante.

Aos demais servidores públicos, sem os quais seria impossível essa trajetória.

Aos trabalhadores brasileiros, que verdadeiramente pagam impostos e, que dessa forma, viabilizaram as universidades públicas, bem como a bolsa CAPES.

A população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua.

(Karl Marx)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de analisar, sob a égide da mundialização recente do capital, a expansão da superpopulação relativa como forma de reestruturação da força de trabalho, bem como, suas causas e suas implicações sobre a classe trabalhadora. Os efeitos da mundialização do capital e da reestruturação produtiva trazem significativas mudanças na estrutura da força de trabalho em nível mundial. Tais mudanças alargam incessantemente a concorrência criada pelo capital entre os trabalhadores por um número insuficiente de empregos. A chamada superpopulação relativa apresenta-se em expansão até mesmo nos países do Norte, e isto se dá em decorrência das medidas adotadas para restaurar o capital. A ideologia neoliberal posta como uma forma de contornar a crise capitalista, a qual se configura em queda da taxa de lucro no setor privado combinada à crise fiscal no setor público, tem direcionado o regime de acumulação para a remuneração de credores e acionistas. Nesse contexto, parte do capital é subtraído do processo produtivo, contribuindo para o avanço do processo de desindustrialização e deslocalização industrial, como meio de baixar os custos da produção e restabelecer a taxa de lucro. As implicações desses processos sobre o mercado de trabalho evidenciam que o mesmo é diretamente influenciado pela existência da superpopulação relativa *conditio sine qua non* à acumulação de capital.

Palavras-chave: Mundialização do Capital. Superpopulação Relativa. Neoliberalismo.

ABSTRACT

Objective of this study is to analyze, under the aegis of the recent globalization of capital, the expansion of relative surplus population as a restructuring of the workforce, as well as its causes and its implications on the working class. The effects of globalization of capital and productive restructuring bring significant changes in the structure of the workforce worldwide. These changes extend continuously created competition for capital among workers for too few jobs. The called relative surplus population expansion comes in even in rich countries, and that are the result of measures taken to restore the capital. Neoliberal ideology posited as a way to bypass the capitalist crisis, which is configured in the falling rate of profit in the private sector combined with the fiscal crisis in the public sector, has directed the accumulation regime for the remuneration of creditors and shareholders. In this context , part of the capital is subtracted from the production process, contributing to the advancement of the process of deindustrialization and industrial relocation as a means of lowering costs of production and restore the rate of profit. Implications of these processes on the labor market show that it is directly influenced by the existence of overcrowding on the *conditio sine qua non* of capital accumulation.

Keywords: Globalization of Capital. Relative overpopulation. Neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Força de trabalho das regiões metropolitanas do Brasil.	25
Figura 2 – Unidade e diversidade do proletariado..	27
Figura 3 – Indicador da desindustrialização mundial 1989-2010 (%).	45
Figura 4 – Lucro, investimento e desemprego na Europa.	46
Figura 5 – Formação bruta de capital (% do Investimento Bruto Interno).	47
Figura 6 – População migrante internacional (2000-2009).	54
Figura 7 – Emprego <i>full-time</i> e <i>part-time</i> (2000-2010)	58
Figura 8 – Evolução do exército ativo e da superpopulação flutuante (2000-2010).	68
Figura 9 – Evolução da superpopulação relativa latente (2000-2010).	73
Figura 10 – Evolução da superpopulação relativa estagnante (2000-2010).	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Da empresa local à empresa global: que diferença um século faz.	49
Tabela 2 – Estruturação da força de trabalho no conjunto dos países membros da OCDE, segundo categorias da superpopulação relativa (em mil pessoas*), 2000 – 2010	66
Tabela 3 – Composição do exército ativo e da superpopulação relativa flutuante, sob faixas etárias (2000-2010)	70
Tabela 4 – Composição do exército ativo e da superpopulação relativa flutuante, sob gênero (2000-2010)	72
Tabela 5 – Composição da superpopulação relativa latente, sob gênero (2000-2010).	74
Tabela 6 – Composição da superpopulação relativa estagnante, sob faixas etárias (2000-2010)	76
Tabela 7 – Configuração da superpopulação relativa estagnante, sob gênero (2000-2010)	77

LISTA DE SIGLAS

ACFTU – Confederação dos Sindicatos da China

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-econômico

FED – Banco Central dos Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMN – Grupos Industriais Transnacionais

IDE – Investimento Direto Externo

NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio

NTI – Novas Tecnologias da Informação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	24
3. DETERMINANTES RECENTES DA EXPANSÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA	
3.1 A Expansão da Esfera Financeira e a Ideologia Neoliberal	37
3.2 O Processo de Desindustrialização e de Deslocalização Industrial.....	47
3.3 A Flexibilização e a Precarização do Trabalho.....	55
4. A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NOS PAÍSES DA OCDE	
4.1 A Reestruturação da Superpopulação Relativa nos países da OCDE.....	65
4.2 A Relação entre a Restauração do Capital e a Expansão da Superpopulação Relativa.....	77
4.3 As Implicações da Expansão da Superpopulação Relativa sobre a Classe Trabalhadora.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6. REFERÊNCIAS.....	95
7. ANEXOS.....	101

1. INTRODUÇÃO

A constatação de que a força de trabalho está se deparando com mais uma grave crise capitalista contribuiu para o aumento do interesse sobre o campo de estudo do trabalho e, conseqüentemente, para o surgimento de diversas teorias, sendo que, o que se expandiu hegemonicamente foi a ideologia neoliberal. Entretanto, a fragilidade da explicação da teoria utilizada pelos neoliberais sobre o desemprego precisa ser sublinhada sempre que necessário. Como bem aponta Harvey (2008, p. 63), [essa teoria com base na Escola Neoclássica] sustenta que o desemprego é sempre voluntário [ou então friccional], segundo o argumento de que "[O trabalhador] *tem um 'preço de reserva' abaixo do qual prefere não trabalhar [e] o desemprego surge [quando] o preço de reserva do trabalho é demasiado alto.*"

Esse preço de reserva é estabelecido em parte pelos benefícios previdenciários, ou seja, na perspectiva neoliberal, as políticas sociais do Estado contribuem para a elevação do desemprego, visto que elas influenciam o comportamento dos indivíduos e afetam os custos do trabalho, o que justificaria o "ajuste do tamanho do Estado". Mas se esta é uma boa explicação, então por que, mesmo com o redimensionamento do Estado, o desemprego continua tomando proporções mundiais, sendo acompanhado ainda pelo subemprego e exploração adicional?

Em meados da década de 1990, marcada pelos ataques especulativos no México em 1994, a crise do sudeste asiático de 1997 e a crise na Rússia em 1998, o mundo viveu uma situação de recessão clássica do capitalismo: "*bolsões localizados de superprodução sobre um fundo de subacumulação e de uma demanda efetiva insuficiente*" (CHESNAIS, 1998, p. 30), tudo explicado, pelos especialistas em mercado, como um episódio financeiro, mas o que houve na verdade, segundo Chesnais, foi

uma crise econômica [traduzida] pela dificuldade crescente das empresas - principalmente asiáticas, mas também norte-americanas e européias - para vender as mercadorias produzidas, atender os objetivos de rentabilidade fixados para os investimentos produtivos e, portanto, satisfazer os níveis de rendimento aos quais os operadores financeiros se habituaram, sobretudo nos Estados Unidos, ao longo desta década (*Idem*).

De acordo com Xavier (1993, p. 208), "[diante] da crise, o Estado tem defesas próprias: sua capacidade de emissão, financiamento e reinvestimentos, bem como suas forças armadas. E também o capital: além de dispor do seu Estado, dispõe da capacidade de fixação dos preços básicos", mas isso numa fase particular de predomínio do capital industrial; na atual fase de mundialização do capital e do poder do capital fictício, o capital industrial tende a ser cada vez mais pressionado a achar respostas para a baixa tendencial da taxa de lucro. Não raramente, estas respostas incidem sobre o trabalho produtor de mais-valia nas condições industriais modernas, por meio da reestruturação da força de trabalho, como pressupomos em nossa análise. Assim, nosso estudo tem como objetivo geral analisar, sob a égide da mundialização recente do capital, a expansão da superpopulação relativa e a reestruturação da força de trabalho, bem como, suas causas e suas implicações sobre a classe trabalhadora.

Nesta pesquisa começamos por observar esses mecanismos utilizados nas estratégias do capital e do Estado em suas defesas perante as crises, pois consideramos como pressuposto que os movimentos que resultam em ônus sobre a classe trabalhadora, os quais são socializados mundialmente a partir de relações internacionais de dominação, partem dessas estratégias. Segundo Xavier (1993, *apud* GOMES, 2004, p. 186) "*o Estado intervém na atividade econômica para evitar as grandes flutuações, mas longe de eliminar essas contradições, faz reaparecê-las ainda mais amplificadas, através de mais elevado endividamento público, juntamente com maior parasitismo privado*". Nos momentos em que a taxa de lucro se mostra em queda, o capital privado não arrisca investir, de acordo com Xavier (*apud* GOMES, 2003, p. 12), "*o único agente que investe nessa condição é o Estado*". O Estado aqui possui um papel fundamental na reconversão de mais-valia, mas assim toma uma das funções históricas da propriedade privada que seria o reinvestimento da riqueza. Nesses momentos é que o capital privado, ao negar tal função, expõe seu caráter parasitário [Xavier, 1993].

No atual contexto da mundialização do capital, as estratégias de defesa do capital em conjunto com o Estado tendem a colocar em concorrência direta os trabalhadores em termos globais.

Para Chesnais (2006),

Existem dois grandes instrumentos para esta colocação em concorrência de país para país dos assalariados com níveis de produtividade convergentes. São eles: as zonas de livre troca (como a NAFTA) e os mercados únicos (como a União Europeia) onde o movimento dos investimentos diretos e das mercadorias é livre e acompanhado de um movimento dos trabalhadores controlado (a emigração "escolhida" interna à União Europeia, codificada quando possível por intermédio de diretivas como a de Bolkenstein para as empresas de serviços) para obter um alinhamento generalizado, para baixo, dos salários e dos níveis de proteção social, e as deslocalizações pelo investimento direto ou pela sub-contratação internacionais a longa distância, bem como os afluxos de mercadorias de baixo preço permitidos pela liberalização tanto das trocas como dos investimentos diretos no estrangeiro e dos afluxos de "capitais móveis". Elas são feitas, em primeiro lugar, em áreas de influência política próximas. Por exemplo, o México para os Estados Unidos, a Tunísia e Marrocos para a França. De seguida, os países de industrialização recente da Ásia do Sudeste, depois a China a partir de 1992-93 e sobretudo de 1998, agora a Índia, tornaram-se todos países eleitos para as deslocalizações (CHESNAIS, 2006, p. 6).

Muitos fatores interrelacionados contribuem para a propagação desse processo. Entre os principais que iremos aprofundar em nossa investigação e abordar nesta pesquisa estão: neoliberalismo, expansão da esfera financeira e desindustrialização como determinante do deslocamento industrial. A nossa observação se situa, assim, a partir do modelo de mundialização, quando o modo de determinação do trabalho socialmente necessário deixa de ser essencialmente nacional.

Nas últimas décadas, o regime de acumulação capitalista vem sofrendo mudanças institucionais que em muito favoreceram os rentistas, no mundo todo. Nesse momento, é bom lembrar que desde a política econômica de Reagan cujo efeito dos juros elevados permitiu um vertiginoso crescimento da dívida pública dos EUA, o mercado financeiro tem se expandido sobretudo com base no crescente volume de capitais não reinvestidos – devido a queda da taxa de lucro – voltados para a compra de títulos públicos da dívida, o que beneficiou o capital fictício em detrimento do capital industrial [GOMES, 2003]. A criação de um sistema monetário internacional privado – o euromercado – é resultado, de acordo com Gomes (2004, p. 14), "[...] *da crise capitalista, que dava seus primeiros sinais, e das limitações que os Estados nacionais desenvolvidos tinham em recriar as condições para o reinvestimento produtivo dentro de seus territórios*". No entanto, esse sistema, ao ofertar crédito tanto para governos quanto para grupos privados, acentuou o endividamento de diversos países, sobretudo os países do Sul.

A divulgação das propostas neoliberais, que surgem como uma busca para a saída da crise capitalista só contribuíram para ampliar os espaços do capital fictício. A adoção das propostas neoliberais, segundo seus defensores, ocasionaria uma nova e sustentada fase de crescimento. Essas propostas estão associadas à "redução da intervenção estatal na economia", flexibilização dos mercados, liberalização, privatização e integração internacional, abrindo as economias dos países do Sul de modo a realizarem parte da produção excedente dos países do Norte. No Brasil, para a implantação de tais medidas, segundo Marquetti (2004), alegou-se que

[...] ao adotar este conjunto de reformas, a economia brasileira passaria a participar do processo de globalização, recebendo um fluxo de recursos internacionais capazes de elevar a taxa de poupança e, por conseguinte, o investimento. Estes iriam promover a modernização tecnológica, fazendo com que o país passasse a usufruir dos ganhos associados à terceira revolução industrial. Ao mesmo tempo, as empresas brasileiras, forçadas pelo processo de competição, também iriam modernizar-se, aumentando a eficiência produtiva (MARQUETTI, 2004, p. 3).

O Brasil foi o último país da América Latina a adotar medidas neoliberais. Na década de 1990, inseriu-se na economia mundial, inicialmente, através de um processo de liberalização comercial e financeira que resultou em um enorme aumento da vulnerabilidade externa, bem como, houve uma tentativa (que permanece) de desregulamentação dos mercados, entre os quais o de trabalho, que, associada à reestruturação produtiva, contribuiu para o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora ao possibilitar a elevação da produtividade do trabalho, via concorrência entre os trabalhadores, num mercado crescentemente desregulado e de reduzidas taxas de acumulação; além de uma abertura comercial indiscriminada que levou à eliminação das empresas que possuíam maior custo e baixa lucratividade, e simultaneamente ao aumento da taxa de desemprego.

Na configuração da mundialização do capital, a fixação do nível das taxas de juros, a determinação da parte dos lucros a ser investida (acumulada) de modo ao grupo não sofrer sanções de acionistas, nem abrir brechas à oferta pública de ações concorrentes são os meios pelos quais o capital fictício atua. Para isso, colocam governos reféns de privatizações e desregulamentações de seus mercados.

De acordo com Chesnais (2000, p. 17), o desenvolvimento de tal regime teve duas fases distintas. A primeira foi situada de 1982 a 1994, período em que o

poder do capital fictício se construía sobre o endividamento dos governos, veículo utilizado para a ressurreição dos mercados financeiros e o principal mecanismo da transferência de receitas públicas em benefício dos rentistas, nessa etapa. Entretanto, a dívida pública sob efeito de taxas de juros elevadas é geradora de pressões fiscais, austeridade orçamentária e falta de investimento em infraestrutura cujos efeitos abriram os caminhos para as privatizações da década de 1990. Chossudovsky (1999, *apud* GOMES, 2004, p. 24) afirma que

o acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do Ocidente, por sua vez, conferiu aos interesses financeiros e bancários não apenas uma 'alavancagem política', mas também o poder de ditar a política social e econômica do governo.

Após a centralização dos recursos financeiros pelos mecanismos fiscais e da dívida é que então o regime de acumulação predominantemente financeiro evoluiu para sua segunda fase na qual o principal meio de transferência de receitas passou a ser os dividendos, e a regulação do regime sob o poder dos rentistas tornou-se a função do mercado financeiro, regulação que se fez pesar desta vez sobre os grupos privados na forma de vigilância diária da administração tanto financeira quanto industrial de tais grupos.

Quanto ao fator da desindustrialização, sabemos que este foi tratado, a princípio, pelos autores Rowthorn e Ramaswamy [1997], como um fenômeno de queda dramática da participação do emprego industrial no emprego total nas economias avançadas do mundo inteiro. Mas este conceito apresenta atualizações, dentre elas a de Tregenna (2009 *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221) que a redefiniu como sendo “*uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente*”.

No sistema industrial uma sociedade se encontra em condição de aumentar a riqueza quando o capital e os rendimentos se elevam. A intensificação da concorrência entre os capitalistas, a partir da elevação da composição orgânica do capital e do avanço tecnológico são fatores que contribuem para o processo de acumulação de riqueza. De acordo com Marx (Livro 1, vol. 2, 2008, p. 748), “*graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana*”. Isso permite a formação de uma população trabalhadora

excedente, que para Marx (2006, p. 735), “[...] é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista [e se torna] a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista”. Assim, quando “[a] mudança tecnológica [é] acelerada e descontrolada gera superacumulação, e no fim, o desemprego tanto do capital quanto do trabalho” (HARVEY, 2006, p. 119).

Diante do insistente crescimento do desemprego no mundo inteiro, a discussão sobre a superpopulação relativa é reascendida. A divisão variável entre exército de reserva e exército ativo de trabalhadores mostra tomar uma dimensão cada vez maior de desigualdade, e se tratado o assunto em termos geográficos essa dimensão é ampliada como pressupõe esta pesquisa, cuja proposta é analisar as transformações da estrutura da força de trabalho, em termos de superpopulação relativa¹, na atual fase da mundialização do capital.

Apesar da ampla discussão que envolve essa categoria, a superpopulação relativa, em termos de observação empírica, ou melhor, em termos de representação do conceito em dados, ainda é pouco explorada, assim como também, as causas de sua expansão no mundo ainda não se encontram esclarecidas. Portanto, a realização dessa pesquisa poderá constituir-se numa base técnica e metodológica ao desenvolvimento de outros estudos que envolvam o tema, oferecendo alguma parcela de contribuição para o avanço da análise crítica sobre a configuração que a força de trabalho vem assumindo diante das “desregulamentações” do espaço que acompanha o processo de mundialização do capital. Para tanto, apresentamos como necessário especificamente: analisar as determinantes recentes que impulsionam a expansão da superpopulação relativa e as transformações na estrutura da força de trabalho, buscando evidenciar a relação das mudanças na estrutura da força de trabalho com o processo de desindustrialização na fase neoliberal e, por fim, apontar as principais implicações da expansão da

1 Partimos do entendimento de que a força de trabalho encontra-se estruturada entre o exército ativo e as três categorias da superpopulação relativa. A escolha por utilizar o conceito de superpopulação relativa em vez de exército de reserva se deu por questões metodológicas. Fazendo-se uso do conceito de superpopulação relativa se enriquece a análise, pois as três categorias em que ela se divide admitem discussões sobre as condições em que o trabalho se realiza, a desterritorialização dos postos de trabalho, a remuneração, precarização e flexibilização das relações de trabalho, ou seja, vai além das discussões sobre a posição em que os indivíduos se encontram com relação ao mercado de trabalho, se ele está empregado ou desempregado, incluído ou excluído.

superpopulação relativa sobre a classe trabalhadora.

Considerando-se a natureza do problema apresentado nesta pesquisa, buscamos fazer a reconstrução do objeto a partir de uma análise das partes que o compõem. Porém, como as categorias força de trabalho, superpopulação relativa, acumulação de capital e mundialização, que formam em seu conjunto o objeto da pesquisa, são frutos de um processo de determinações e contradições históricas, foi fundamental que suas relações com a totalidade fossem observadas. Conforme Marx (1984),

A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por outro lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoramos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc (MARX, 1984, p. 14).

Daí a necessidade de se pensar o concreto como “*a síntese de muitas determinações*”. Começar por observar as determinantes recentes que impulsionam a expansão mundial da superpopulação relativa é uma maneira de proceder que nos permite enxergar a face oculta da mundialização do capital em sua atual configuração.

Nosso estudo respalda-se na teoria marxista do valor, que pode ser considerada como uma teoria científica do funcionamento da sociedade capitalista, e não como uma simples teoria dos preços. Essa teoria combinada à *Lei geral da acumulação capitalista* permite compreendermos os mecanismos pelos quais o número de trabalhadores se torna adequado às necessidades de expansão do capital. O começo desse ajustamento está na criação de uma superpopulação relativa. Portanto, isso significa dizer que a partir da teoria marxista do valor e da lei geral da acumulação capitalista baseiam-se nossas interpretações sobre as relações produção x apropriação de riqueza, capital x força de trabalho, bem como a relação que está presente na atual fase do regime de acumulação apontada por Carcanholo (2011, p. 2): “[a relação de contradição na] *redistribuição do excedente-valor (do qual a mais-valia é parte) entre os não trabalhadores e entre as diversas frações ou formas autonomizadas do capital*”. Para o autor,

[É] justamente isso que nos permite caracterizar a atual etapa capitalista como especulativa e parasitária, presidida pela insuficiente capacidade do capital produtivo de gerar o necessário excedente econômico real para atender às exigências de remuneração do chamado [capital fictício] e do capital em conjunto. E isso apresenta não só consequências na relação intercapitalista, mas também na que existe entre o capital e [a força de

trabalho] (CARCANHOLO, 2011, p. 2).

Para observarmos as particularidades contemporâneas na relação entre capital e força de trabalho utilizamos como parâmetro as categorias da superpopulação relativa: flutuante, latente e estagnante e a categoria de exército ativo, pois consideramos que representam a divisão sob a qual os trabalhadores se encontram estruturados, e cuja dimensão encontra-se diretamente relacionada com os movimentos ocorridos no processo de acumulação capitalista, ou seja, na forma como se configura a produção e a apropriação da riqueza.

Para dimensionar cada categoria, fizemos a aplicação desses conceitos em dados respeitando alguns critérios que seguiram a disponibilidade dos dados, a forma como eles estão dispostos na fonte e as definições dadas por Marx, no capítulo XXIII, do livro 1, volume 2 de *O Capital*, sobre cada uma das categorias utilizadas.

Os dados gerais utilizados na pesquisa constam em boletins periódicos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e no banco de dados do Banco Mundial. Do banco de estatísticas do site da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), extraímos as informações sobre a força de trabalho sob suas mais diversas formas para construirmos nossa análise sobre a expansão da superpopulação relativa. O período selecionado é o que consta consolidado naquele banco de dados: de 2000 a 2010.

Os dados da OCDE nos forneceram as informações sobre a expansão mundial da superpopulação relativa, mas o levantamento bibliográfico e a revisão crítica de produções teóricas relacionadas ao objeto foi fundamental à complementação dessas informações, além de embasar o levantamento dessa afirmação feita *a priori*.

A aplicação de tais procedimentos foi realizada de forma articulada o que permitiu o entrelaçamento da análise crítica teórica das categorias que compõem o objeto de pesquisa com a observação da realidade concreta. Consideramos que tais procedimentos foram fundamentais para o desenvolvimento das investigações e para o alcance dos objetivos pretendidos.

Assim, esta exposição contém três capítulos principais. No primeiro capítulo após a introdução consta uma reflexão sobre o conceito de superpopulação

relativa no contexto da mundialização do capital, onde apontamos que há uma necessidade de retornarmos a esta categoria a fim de compreendermos as bases sobre as quais a mundialização do capital busca colocar os trabalhadores de todas as partes do mundo em concorrência direta. Para isso, revisamos essa categoria buscando mostrar como podemos observar as diversas formas em que se encontra a força de trabalho, atualmente, aplicando o conceito de superpopulação relativa.

No terceiro capítulo são apresentadas aquelas que consideramos ser algumas das principais determinantes recentes da expansão da superpopulação relativa. Elas são apresentadas separadamente em vista de assim parecer mais didático, no entanto, é importante atentarmos para o fato de que estas determinantes encontram-se inter-relacionadas. Desse modo, este capítulo está dividido em três itens: o primeiro trata da expansão da esfera financeira e do neoliberalismo enquanto saída para a crise capitalista, no qual constatamos que ambos processos desencadearam um regime que não favorece à acumulação e promove altas taxas de desemprego e por isso constituem nitidamente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores. O segundo item busca mostrar a desindustrialização como impulsionador da deslocalização industrial e esta, por conseguinte, como impulsionadora da expansão da superpopulação relativa em seus seguimentos mais profundos por acirrar a concorrência entre os trabalhadores de país para país, formando uma pressão dos salários para baixo, em nível mundial. E no terceiro item apontamos o aumento da exploração dos trabalhadores e o enfraquecimento do poder sindical dado aos processos de flexibilização e precarização do trabalho, que tornaram a classe dos trabalhadores acentuadamente heterogênea e fragmentada.

O quarto capítulo dedica-se ao exame da expansão da superpopulação relativa por meio de três itens: a análise dos dados, com objetivo de apresentar um retrato dos países da OCDE com relação à reestruturação da força de trabalho entre exército ativo e as três formas da superpopulação relativa flutuante, latente e estagnante e sua expansão, constitui o primeiro item. No segundo item, busca-se compreender a relação entre a restauração do capital e a expansão da superpopulação relativa, buscando demonstrar, a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista exposta no capítulo XXIII, do livro 1, volume 2 de O Capital, como os

mesmos mecanismos utilizados para a expansão do capital favorecem *pari passu* à formação de um excedente de força de trabalho. E no último item, expõe-se algumas das principais implicações da expansão da superpopulação relativa sobre a classe trabalhadora em nossos tempos.

Por fim, fazemos nossas considerações finais retomando alguns pontos que foram fundamentais na construção dos argumentos. Concluindo que, paralelo à mundialização crescente do capital, há uma expansão das camadas mais profundas da superpopulação relativa, que passam a crescer até mesmo nos países do Norte, mesmo estando mantidas fechadas suas fronteiras para os trabalhadores.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

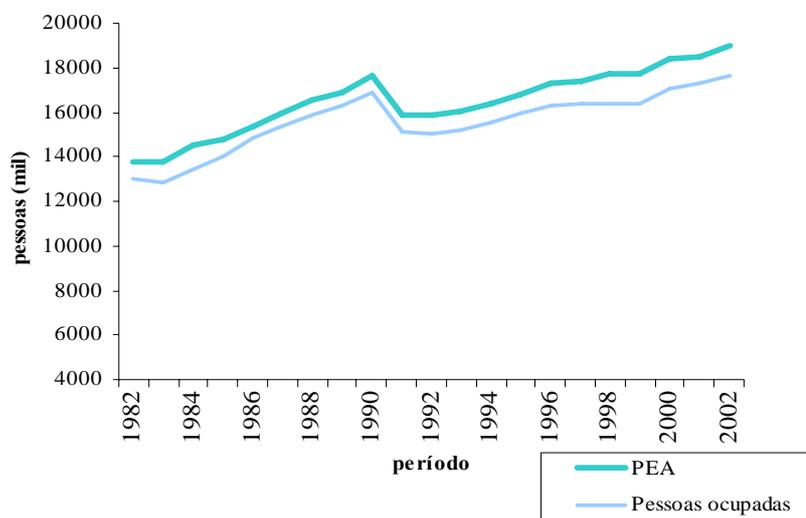
“A acumulação capitalista sempre produz, na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.”

(Karl Marx)

O ressurgimento de discussões acerca da superpopulação relativa, que já foi exposta sob as mais diversas interpretações, está sendo acompanhado atualmente por uma necessidade de se analisar de forma concreta como vem se redistribuindo a força de trabalho entre as várias categorias de superpopulação relativa e o exército ativo de trabalhadores em consonância à nova fase da mundialização, que se caracteriza por um novo conjunto de relações internacionais e internas que modelam a vida social não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões.

Gennari [2005], um dos estudiosos sobre o tema no Brasil, baseou-se nos dados referentes à PEA (População Economicamente Ativa) e ao total de pessoas ocupadas apresentados na pesquisa empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) sobre a situação do trabalho no Brasil em 2001 buscando mostrar as novas configurações que vem assumindo o exército industrial de reserva hoje. Porém, estudar a composição do exército de reserva sem contemplar as diversas formas existentes da superpopulação relativa, e usar apenas o número absoluto da população trabalhadora limita a discussão ao âmbito da existência de uma população que se torna supérflua ao capital sem, contudo, denunciar as condições precárias em que esta se encontra. Com base na mesma metodologia que ele adotou construímos a figura a seguir, onde pudemos notar para o total das regiões metropolitanas do Brasil as mesmas evidências que Gennari observou na região de São Paulo, a saber: uma tendência em se manter sempre uma distância entre a quantidade de pessoas aptas ao trabalho e a quantidade de pessoas dentre estas que são de fato absorvidas pelo mercado de trabalho, ou seja, que o número de trabalhadores aptos ao capital se mantém sempre a uma determinada distância dos que são admitidos (para Gennari estes representam o exército ativo de trabalhadores).

Tendência de crescimento da distância entre a PEA e as pessoas ocupadas



Fonte: DIEESE. Elaboração nossa.

Figura 1 – Força de trabalho das regiões metropolitanas do Brasil.

Essa análise, onde as pessoas ocupadas podem indicar a quantidade de emprego que o mercado ofertou e a PEA pode representar o tamanho da demanda, não difere muito daquelas linhas de análise cuja abordagem não contempla as diversidades existentes no conjunto da classe de trabalhadores; diversidades estas que constituem o verdadeiro “[...] *pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimenta, [e] reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital*” (MARX, 1984, p. 205).

A forma que Gennari utilizou para fazer seu estudo apenas implica na constatação de que é limitado o crescimento do número de trabalhadores assalariados. Marx (1984, p. 206) já havia adiantado que “*a oferta de trabalho é independente da oferta de trabalhadores*”. A distância que existe entre ambas mostra a que ponto os trabalhadores que se tornam relativamente supérfluos à acumulação estão sujeitos à arbitrariedade do capital. O capital busca aumentar a produção de mais-valia relativa por meio da incorporação de novas tecnologias para garantir a manutenção da taxa de lucro, com isso ele condena “[...] *uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobre trabalho da outra parte e vice-versa, [...] e acelera [...] a produção do exército industrial de reserva numa*

escala adequada ao progresso da acumulação social" (MARX, 1984, p. 203). Os dados utilizados por Gennari apenas representam que a produtividade do trabalho vem crescendo mais rapidamente do que o PIB, por isso a distância; isso pouco contribui para o avanço da análise empírica das mudanças que vem ocorrendo na estrutura da superpopulação relativa como ele havia proposto.

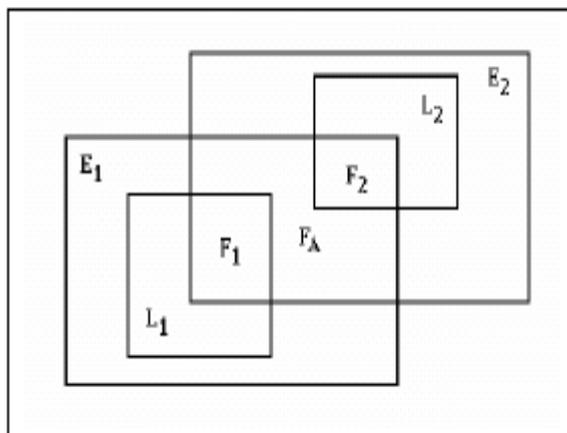
Para formular as diferentes formas da superpopulação relativa, Marx em *O Capital* abstraiu as formas de ocupação dos trabalhadores, que mudam mediante as alternâncias de fases da acumulação e mostrou que todos os trabalhadores fazem parte dela durante o período em que se encontram desocupados tanto parcial quanto inteiramente.

Segundo Farias (2005, p. 12), "*uma vez determinada a condição peculiar aos trabalhadores que são utilizados na extração de mais-valia, pode ser apreendida a condição dos que fazem parte da superpopulação relativa*", ou seja, "[...] a determinação [...] da estrutura da superpopulação relativa depende da situação desta em relação à força de trabalho submetida ao salariedade propriamente dito num regime de acumulação dado" (FARIAS, 1996, p. 32).

Isto posto, os trabalhadores ficam estruturados sob duas categorias (conforme a figura a seguir), que são: a de assalariado ativo, formalmente reconhecido², e a de superpopulação relativa flutuante, latente e estagnante.

Estruturação da superpopulação relativa em relação ao exército ativo

2 Reconhece-se que o fato do trabalhador ser formalmente reconhecido ou não não oferece a segurança no emprego, porém, em muitos países, isso ainda é um meio que permite ao trabalhador ter algumas garantias.



Fonte: FARIAS (1988, *apud* FARIAS, 2005, p. 12).
 Figura 2 – Unidade e diversidade do proletariado.

Nesta figura temos a seguinte representação: $F_1 + F_2 + F_A$ correspondem à força de trabalho assalariada, onde F_A pertence ao conjunto de assalariados ativos, formalmente reconhecidos, já $F_1 + F_2$ pertencem à superpopulação relativa flutuante, $L_1 + L_2$ à latente e $E_1 + E_2$ à estagnante. Conforme formulou Farias (2005, p. 13), cada par 1 e 2 pode representar as desigualdades espaciais (centro e periferia), de gênero (masculino e feminino), étnicas (branco e negro), dentre outras. As fronteiras desses conjuntos e subconjuntos são muito dinâmicas, visto que o trabalhador que no presente está sob uma dessas formas, poderá no futuro estar sob outra.

O mercado de trabalho é diretamente influenciado pela existência da superpopulação relativa em todas as suas formas, que retroalimentam umas às outras conforme o capital vai desarticulando sistemas produtivos (onde se pode encontrar a superpopulação relativa estagnante) considerados menos eficazes. De modo que,

O movimento do capital provoca, por um lado, a liberação de operários originários destes sistemas produtivos (para colocá-lo na situação de superpopulação relativa latente ou flutuante), o que significa produção da força de trabalho pelo capital; e por outro lado, a perpetuação do operário livre através do salário, o que significa reprodução da força de trabalho pelo capital. É o grau de desigualdade do desenvolvimento do capitalismo que determina a importância relativa desta 'produção' e desta 'reprodução' da força de trabalho (FARIAS, 1996, p. 35).

A consolidação de uma superpopulação relativa ocorre na medida em que o regime de acumulação produz um amplo exército de reserva e diminui seu exército ativo. Isso vem ocorrendo graças, entre outros fatores, à precarização do trabalho

que, de acordo com Singer (2003, p. 29), “[...] inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”.

Sobre as configurações que toma a força de trabalho, conclui Farias (2005, p. 12) que,

Dependendo das circunstâncias determinadas essencialmente pela dinâmica da acumulação de capital, os proprietários da força de trabalho se tornam indivíduos sob duas condições, a saber: a de operário assalariado ativo, formalmente reconhecido, e a de superpopulação relativa flutuante, latente ou estagnante.

As definições encontradas para cada uma dessas categorias de superpopulação relativa surgem das mais diversas interpretações. Algumas delas estruturam os elementos sem observar as diversas condições às quais eles estão sujeitos, como fez Paul Singer (1981, p. 23) que as define da seguinte forma:

A [flutuante] se compõe basicamente dos desempregados, sejam trabalhadores que perderam o emprego ou jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. A latente é constituída pela superpopulação rural que alimenta o fluxo de migração do campo à cidade [...], a estagnada forma uma parte do exército ativo dos trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular.

Mas como aceitar que a categoria flutuante é composta por desempregados que perderam o emprego e jovens que buscam emprego pela primeira vez, se Marx (1984, Livro 1, vol. 2, p. 207) afirma o seguinte:

[...] trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma [flutuante].

O que está exposto é que a forma flutuante se compõe por trabalhadores temporários “que cresce com o tamanho da indústria”, mas que, como afirma Marx (*Idem*), “[...] só um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida”. Os desempregados podem se ajustar à categoria de superpopulação latente a qual se consolida à medida que o fluxo de pessoas que foram destituídas do seu trabalho original se intensifica, ou seja, a superpopulação latente configura-se por meio daqueles que buscam satisfazer a expectativa de encontrar um emprego. Marx representou essa busca mostrando o fluxo movido pelo homem do campo que na época foi o mais

afetado com o avanço do capitalismo, conforme o seguinte relato:

Parte da população rural encontra-se [...] continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. [...] Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escapamento se abram excepcionalmente de modo amplo (MARX, 1984, p. 208).

Temos em nossos tempos, o caso da China, onde o processo de privatização de terras eliminou uma cultura agrícola milenar, o que expulsou milhões de trabalhadores camponeses para as fileiras dos desempregados.

Se é verdade que o fluxo é formado por aqueles que “estão à espreita de circunstâncias favoráveis”, a composição da superpopulação latente se efetiva não apenas por “trabalhadores rurais que alimenta o fluxo de migração do campo à cidade” na esperança de ter restituído seu meio de sobrevivência, mas por todos aqueles que se encontram na expectativa de encontrar uma ocupação assim que “os canais de escoamento se abram”.

Já os jovens que buscam o primeiro emprego podem constituir tanto a superpopulação flutuante, a latente ou a estagnante, isso vai depender se eles se encontram na condição de assalariado sem carteira que busca um emprego formalmente reconhecido, ou na condição de desocupado que nunca exerceu nenhuma atividade, ou ainda na condição de desocupado sem nenhuma perspectiva de se inserir no mercado de trabalho. De acordo com Farias (2005, p. 6), Marx utiliza um senso de relatividade, pois para definir suas categorias ele parte do pressuposto de que as coisas são ou não são segundo as circunstâncias em que se encontram.

Quanto à superpopulação estagnante, Marx (1984, Livro 1, vol. 2, p. 208) foi claro, “*sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital*”. Os trabalhadores que compõem essa base se encontram em alguma ocupação, pois precisam sobreviver de alguma forma, e representam um depósito inesgotável de força de trabalho disponível, por isso Marx os define como ativos. Mas sua condição de atividade como indica o termo ‘estagnante’ é de inativo no sentido de que estes trabalhadores não desejam trabalhar por possuírem uma ocupação por conta própria, ou que desejando um emprego, deixaram de procurar

trabalho assalariado porque não encontraram.

A formulação que Marx nos concede acerca da superpopulação relativa em *O Capital* nos permite distinguir cada uma das formas que a compõem. Sua aplicação a dados estatísticos se torna possível, quando se adotam critérios que condizem às descrições feitas por ele naquela fase do capitalismo sobre cada seguimento que a compõe, mantendo as abstrações devidas. Cada um dos conceitos ainda se mantém adequados para designar as atuais condições dos trabalhadores, pois enquanto houver capitalismo, haverá uma população que se torna supérflua ao capital, mas que está à sua disposição de acordo com sua necessidade, pois a existência desta constitui um dos fatores contrários à lei de tendência à queda da taxa de lucro. São muitos os fatores contrários à lei da queda tendencial da taxa de lucro, fora a própria expansão da superpopulação relativa: elevação da taxa de exploração, diminuição dos salários, comércio exterior e aumento de capital fictício.

Para compreendermos a expansão da superpopulação relativa precisamos explicar a situação claramente e designar suas principais causas, que presumivelmente se encontram no conjunto de contradições que desencadeou a atual crise econômica e social.

Sabe-se a partir de Marx, que as crises fazem parte integrante da dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital, concebido como uma relação social de produção. Durante os períodos de crise, os capitais mais frágeis ou tecnologicamente ultrapassados são desvalorizados, uma parte é desvalorizada e desaparece e outra parte é concentrada e centralizada nas frações mais poderosas e desenvolvidas do capital. Dessa forma, a “solução” das crises capitalistas renova as condições da acumulação em um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, em novas bases de produção e expropriação da mais-valia dos trabalhadores, assim como abre novas contradições que irão exigir novas crises para sua solução (NAKATANI;HERRERA, 2010, p. 1)

Fusões e aquisições promovem o desemprego de trabalhadores na medida em que ampliam a possibilidade de se adquirir inovações que poupam força de trabalho, o que é também um fator de contribuição para a queda da taxa de lucro, que como bem aponta Marx (2008, livro 3, vol.4, p. 324), “*cai não por explorar-se menos o trabalhador, e sim por empregar-se menos trabalho em relação ao capital aplicado*”.

A reprodução ampliada do capital reproduz ao longo do tempo um excesso

de capital e também trabalho excedente. Atualmente temos uma quantidade de capital concentrada cada vez mais na esfera financeira sob a forma de capital-dinheiro. As políticas de cunho neoliberal apresentadas pela primeira vez no Chile no período da ditadura de Pinochet, e que depois ganharam seus contornos mais sofisticados na Inglaterra de Margareth Thatcher e nos EUA de Reagan, tiveram participação na construção desse contexto. Os eixos que as definem atualmente são a *“desregulamentação financeira, a desregulamentação dos direitos sociais, as privatizações, mercantilização dos serviços públicos e na reorientação dos gastos públicos para os compromissos com os juros das dívidas públicas”* (GOMES, 2009, p. 7). Visando colocar-se como um meio de saída para a crise capitalista, esse modelo, na verdade, conseguiu ampliar sua dimensão,

na medida em que não assegurou a retomada do crescimento econômico, especialmente nos países centrais (EUA, União Europeia e Japão), não conteve o endividamento público, não assegurou a estabilidade do sistema financeiro internacional, nem reduziu os gastos financeiros com os juros. Ao contrário de crescimento econômico, o que houve [...] foi uma expansão do capital financeiro mundial (ações, títulos públicos e depósitos bancários) que atingiu US\$ 140 trilhões, mais que o triplo do PIB mundial (GOMES, 2009, p.7).

Todas as medidas adotadas não foram suficientes para conter a crise capitalista, que apenas muda de configuração como passar de uma crise fiscal para uma crise financeira, apresentando-se cada vez mais acentuada. Mas não podemos negar que ao menos o ônus não fica com quem começou a jogada, e sim, mais uma vez, a classe trabalhadora é quem paga a conta. A estratégia agora é tornar ainda mais acirrada a concorrência entre os trabalhadores por cada vez menos empregos, pois como se já não bastasse a submissão de trabalhadores de uma mesma localidade a concorrerem entre si em extremas condições de desigualdade, hoje, eles são impelidos a trabalhar sob a constante ameaça de que podem perder o emprego (precário) para os trabalhadores de outros locais que podem oferecer o mesmo trabalho por um custo ainda menor que o seu, visto que a mundialização do capital, da forma como funciona, assim permite.

O desemprego dos trabalhadores do Norte (centro, países capitalistas desenvolvidos, países ricos) foi por muito tempo explicado pela concorrência dos trabalhadores do Sul (periferia, países capitalistas dependentes, emergentes). No entanto, estudos mostram que esse argumento é inválido, pois o crescimento do

desemprego dos países do Norte não mostra uma contrapartida em diminuição do desemprego nos países do Sul. De acordo com Husson (2006, p. 5), ao contrário do que se pensa, “*o essencial dos investimentos das multinacionais no estrangeiro se faz entre os países imperialistas*”, enquanto que os demais países são conduzidos a concorrerem entre si por investimentos voláteis ou de mercados fortemente instáveis. A base dessa concorrência entre eles repousa principalmente nos baixos salários. Todavia, o salário não é o único fator que determina o deslocamento dos investimentos. Fatores como qualificação da mão de obra, infra-estrutura, proximidade dos mercados consumidores e de tecnologia de ponta, etc. interferem na decisão. Nessas circunstâncias, são os países do Norte que levam vantagem na competição, pois grande parte desses atrativos estão neles concentrados. Cabe aqui perguntar: Quais fatores determinam preponderantemente o deslocamento dos investimentos? E por que o desemprego vem se expandindo mundialmente?

Atualmente, observa-se não apenas a abertura total aos movimentos da mercadoria em busca de consumidores, mas também, a abertura total aos fluxos de investimentos que se voltam para os lugares onde se encontram direitos políticos restritos, que aplastem as possibilidades de greve, e direitos sociais que se configuram como salários indiretos e permitem os trabalhadores aceitarem salários diretos baixos, como é o caso da China. Segundo Husson (2006, p. 3), “*o número de empresas multinacionais passou de 7.000 em 1970 para 37.000 hoje, elas empregam 273 milhões de assalariados diretos, dos quais 40% em outros países que não o de sua origem*”. Conforme Husson (*Idem*), com esse modelo,

[as] empresas são cada vez menos ligadas a sua ‘base nacional’ de origem – quando elas não repousam sobre bases nacionais múltiplas – o que apresenta a vantagem [...] de tornar mais difícil a organização dos trabalhadores cujos níveis de proteção social e de rendimentos podem ser muito diferentes de um país para outro.

Este é um dos efeitos da mundialização do capital: o de colocar em concorrência direta os trabalhadores em um nível mundial por meio dos processos de desterritorialização do capital, promovendo a evolução do desemprego no mundo, o que se tornou uma das características essenciais do modelo da economia mundial de hoje.

O deslocamento industrial para China possui aspectos políticos

fundamentais que contribuem para a evolução desse processo mundialmente. Com os novos rumos adotados para a política econômica chinesa a partir de 1978, que consistiam “*na liberalização da agricultura, fomento do comércio exterior, atração do capital externo e incorporação de progresso tecnológico*” (SILVA, 2007, p. 12), em outras palavras, com a restauração do capitalismo chinês, a China tornou-se o maior destino do investimento externo direto do mundo em desenvolvimento. Entre os principais fatores que contribuem para que isso ocorra está a estrutura da gestão estatal³ chinesa da força de trabalho, a qual permite um custo menor da força de trabalho, além do fato de que a expropriação de terras utilizadas pelos trabalhadores na agricultura milenar expulsou milhões de trabalhadores camponeses, expandindo ainda mais a reserva de força de trabalho explorável a baixo custo.

A partir de 1990 corporações estrangeiras começaram a transferir uma parcela crescente de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento para a China. De acordo com Buckley (2004),

A Microsoft, a Oracle, a Motorola, a Siemens, a IBM e a Intel estabeleceram laboratórios de pesquisa no país devido à sua “importância e à sua sofisticação crescente como mercado de tecnologia” e ao seu “grande contingente de cientistas habilidosos mas não dispendiosos e seus consumidores, ainda relativamente pobres, porém enriquecendo e ávidos por tecnologia” (BUCKLEY, 2004 *apud* HARVEY, 2008, p. 145).

A integração da China à economia mundial se deu inicialmente mediante a produção de baixo valor adicionado como produtos têxteis, brinquedos e plásticos de baixo custo, em grandes quantidades para o mercado internacional, fazendo uso de sua força de trabalho barata para obter uma grande vantagem competitiva.

O salário-hora na produção têxtil chinesa no final dos anos 1990 estava em 30 centavos de dólar, em comparação com 2,75 no México e na Coreia do Sul, enquanto os níveis de Hong Kong e Taiwan estavam perto de 5 dólares, e o dos Estados Unidos acima de 10 dólares [...] (HARVEY, 2008, p. 149).

Não tardou para que as incríveis vantagens em termos de trabalho assalariado na China passassem a chamar a atenção de setores produtivos de maior valor agregado.

Durante os anos 1990, a China começou a [...] competir com a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, a Malásia e Cingapura em esferas como produtos eletrônicos e máquinas operatrizes. Isso ocorreu em parte porque corporações desses países decidiram transferir a produção para fora deles a fim de tirar proveito do grande repositório chinês de trabalhadores

3 Para uma maior compreensão sobre aspectos da gestão estatal da força de trabalho ver Farias, 1996.

especializados de baixo custo que o sistema universitário chinês não para de lançar no mercado (HARVEY, 2008, p. 150).

O que a China apresenta é uma combinação de fatores econômicos e políticos que permitem um elevado retorno sobre o capital, entre os principais estão a liberdade de dano ambiental, o sufocamento da luta de classes e salários diretos a níveis muito baixos. Ora,

Em setembro de 2003, por exemplo, a Samsung Electronics anunciou a transferência de toda a sua produção de PCs para a China, tendo investido previamente no país 2,5 bilhões de dólares, “criando dez subsidiárias de vendas e 26 unidades de produção, empregando um total de 42 mil pessoas. A transferência de produção japonesa para a China contribuiu para o declínio do emprego na manufatura japonesa de 15,7 milhões em 1992 para 13,1 milhões em 2001. E as empresas japonesas também começaram a sair da Malásia, da Tailândia e de outros lugares a fim de ir para a China (*idem*).

O desemprego mundial crescente é a condição para que essa concorrência se torne cada vez mais acirrada e que a exploração se amplie em termos absolutos, o que multiplica os seguimentos mais profundos da chamada superpopulação relativa, que consiste na massa excedente de trabalhadores e base estratégica às arbitrariedades do capital. A seguir, apresentaremos aquelas que consideramos ser as principais determinantes recentes desta expansão.

3. DETERMINANTES RECENTES DA EXPANSÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

“Certas determinações serão comuns às épocas mais recentes e mais antigas. São determinações sem as quais não se poderia conceber nenhuma espécie de produção.”

(Karl Marx)

Quando Marx, no Capítulo 23 do Livro 1, volume 2 de O Capital, apresenta as formas de existência da superpopulação relativa, ele aponta os fatores que determinam suas dimensões conforme a acumulação de capital segue, explicando também que, *“as fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação”* (MARX, 2008, p. 744). Todos os trabalhadores fazem parte da superpopulação relativa, *“[...] durante o período em que se encontra desempregado ou parcialmente empregado”* (*idem*), mas periódica e continuamente os trabalhadores farão parte predominantemente de uma das três formas: flutuante, latente e estagnante. Todavia, o que determinará se um trabalhador permanecerá empregado, engrossará as fileiras dos “supérfluos⁴” ou se somente será rebaixado de categoria?

No caso da superpopulação relativa flutuante, o que determina ora a atração e ora a repulsão de trabalhadores, é o que também irá determinar sua dimensão. Na época contemporânea a Marx, o que a determinava era o próprio desenvolvimento atingido pela indústria, com a utilização de maquinaria e a moderna divisão do trabalho, mas o incremento natural de trabalhadores jovens, necessários à grande indústria que consumia intensivamente força de trabalho, também contribuía. Quanto à superpopulação relativa latente, a condição de sua expansão ou retração está na relação entre capital variável e constante que vai engendrando-se na atividade sob a qual o trabalhador se encontra. Na superpopulação relativa estagnante, o desemprego estrutural, decorrente da desarticulação de atividades em decadência é um dos principais fatores de sua reprodução e perpetuação. Segundo Marx (2008, Livro 1, vol. 2, p. 748), *“graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser*

4 Supérfluo quanto a ter sua força de trabalho consumida pela grande indústria, mas não quanto a sua funcionalidade ao capitalismo, pois sua simples existência convém ao capital ao formar uma massa de trabalhadores excedente que concorrem com os demais trabalhadores empregados.

mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana". Atualmente, a recomposição dessas camadas da superpopulação relativa é alcançada sob determinantes semelhantes, no entanto, com um grau mais elevado de desenvolvimento. Entre as principais que discutiremos nesse capítulo, apresentamos a expansão da esfera financeira, o processo de deslocalização industrial impulsionado pela desindustrialização e a flexibilização e precarização do trabalho. Essas determinantes recentes serão apresentadas separadamente, mas perceberemos que elas estão articuladas pelo capital na busca de sua reestruturação produtiva.

O domínio do capital fictício desencadeou um regime que não favorece à acumulação e promove altas taxas de desemprego. A deslocalização industrial promove a expansão da superpopulação relativa em seus seguimentos mais profundos por acirrar a concorrência entre os trabalhadores de país para país, formando uma pressão dos salários para baixo, em nível mundial. Enquanto a flexibilização reforça a precarização do trabalho, enfraquecendo ainda mais o poder sindical ao tornar a classe dos trabalhadores acentuadamente heterogênea e fragmentada. Assim, neste capítulo, analisaremos como funcionam essas determinantes, buscando mostrar sua atuação nas transformações recentes no mundo do trabalho.

3.1 A EXPANSÃO DA ESFERA FINANCEIRA E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Após confirmarem-se os limites da economia (queda da taxa de lucro) e do Estado, com seu déficit acumulado desde os “30 gloriosos” vindo dos gastos com o *Welfare State* e com a Guerra Fria, que foi ainda mais acentuado após a política econômica de Reagan, o neoliberalismo surge como uma tentativa de contornar a crise capitalista, tentativa esta que segundo Gomes, constituiu-se, essencialmente, na “*introdução da política econômica do rentista*” (GOMES, 2009, p. 1).

Com inspiração no livro *O Caminho da Servidão* de Hayek, publicado em 1944, inaugurou-se uma teia de ideologias e propostas neoliberais que, ao defender interesses dos países imperialistas e da respectiva classe dominante, passaram a ser receitadas aos demais países como a solução para problemas que pareciam crônicos, como no caso da inflação, afirmando ferrenhamente que as regras do novo capitalismo eram passíveis de serem exportadas para a periferia. Mas estão à mostra todas as consequências desastrosas do neoliberalismo adotado pelos países do Sul, como o caso que ocorreu em nosso vizinho, Argentina, o qual passou por uma crise que pôs em questão os preciosos benefícios dos programas neoliberais e das receitas do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Essa fase do capitalismo que nos é contemporânea, chamada de neoliberalismo, como todo fenômeno complexo, vem se transformando ao longo de décadas e seu início não possui uma data precisa. Porém, um momento ocorrido na transição dos anos 70 para os 80 marca a configuração dessa nova ordem social, quando o ‘Federal Reserve’ (Fed) decide elevar a taxa de juros ao nível requerido para combater a inflação, sem qualquer preocupação com as consequências que essa decisão traria ao mundo.

O que se sucedeu a esse passo foi: rigidez salarial, precarização do trabalho, desemprego em níveis alarmantes, crescimento lento e instável nos países do Sul, deslocamento das empresas e conseqüentemente dos empregos. O que podemos observar nas políticas neoliberais é que elas constituem nitidamente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores, pois, segundo Coggiola (1996, p. 195), “*essas políticas são destinadas a destruir conquistas históricas dos trabalhadores*”.

A ordem neoliberal à primeira vista é caracterizada como uma nova hegemonia financeira. Mas essa ordem capitalista só pode ser entendida no contexto geral do imperialismo contemporâneo,

[...] os EUA se firmaram como símbolo do rentismo, com o Estado absorvendo o capital inativo nacional e internacional para rolar sua dívida, ao transformar seus títulos públicos em refúgio seguro para os capitais mundiais em momentos de incertezas. Nos anos 90, quando os EUA baixaram a taxa de juros para contornar a recessão de 1991, observou-se um novo aumento da liquidez mundial e uma nova onda de endividamento externo. Dessa forma, as economias subdesenvolvidas tornaram-se reféns do excedente monetário produzidos pelos países ricos, bancando parte do ônus que deveria ser deles. A dimensão da economia dos EUA faz com que qualquer alteração de sua política monetária [...] tenha repercussão imediata sobre a economia mundial, onde os demais Bancos Centrais pouco podem fazer para contrapor tal fluxo (GOMES, 2004, p. 127)

O termo neoliberalismo nos remete à liberdade dos mercados que no atual contexto deve ser entendida como a liberdade do capital. Todavia, isto não quer dizer que o sistema de mercado e o sistema de intervenção sejam mutuamente excludentes. Pelo contrário,

Economicamente, e contrariamente à apregoada 'ideologia de mercado', estamos diante de uma violenta reação anti-liberal (se é que o termo 'liberalismo' conserva algum sentido econômico) que concretiza a mais violenta intervenção estatal na economia de que se tem memória na história do capitalismo. Apesar de todos os acordos de livre-comércio, a realidade mundial é a de um crescimento espetacular do protecionismo, expressão da guerra comercial entre as potências capitalistas (a tentativa de constituição de blocos econômicos também obedece a essa tendência). Politicamente, por outro lado, estamos bem longe da constituição de um esquadrão internacional (neo)liberal. Ao contrário, [...] o caráter disparatado das forças neoliberais torna evidente que não nos encontramos face a uma ofensiva política ordenada e coerente, mas diante de um recurso de crise aplicado pelo conjunto das forças (de qualquer orientação política ou cor ideológica) comprometidos com o capital e com o imperialismo (COGGIOLA, 1996, p. 197 e 199).

Com o neoliberalismo estabeleceu-se uma nova relação entre o Estado, os bancos e a economia, assim como novas formas de propriedade privada. Sabe-se que a classe dominante é aquela que detém a propriedade dos meios de produção e essa propriedade toma vários formatos institucionais ao longo do tempo. Antes referíamos-nos à propriedade individual e familiar das empresas em que o controle estava nas mãos do proprietário; atualmente a propriedade se manifesta sob a forma de propriedade financeira das sociedades a qual é exercida por intermédio da posse de títulos. Essa forma de propriedade altera a função exercida pelo capitalista industrial e o libera de suas funções de empresário industrial. Desse

modo,

Para o capitalista, essa alteração de função atribui ao capital investido na sociedade anônima a função de puro capital monetário. O capitalista monetário, enquanto credor, nada tem a ver com o que é feito com seu capital no processo de produção, embora esse emprego seja, em realidade, a condição necessária da relação de empréstimo (HILFERDING, 1985, p. 111).

Nada garante que esse dinheiro seja investido no processo produtivo. O que se verifica de fato é

[um] desenvolvimento espantoso de uma economia especulativa [indicando] que o capital não encontra mais aplicação lucrativa no campo produtivo, o que torna evidente uma crise de sobre-produção. Três dias de transações financeiras mundiais equivalem ao montante do conjunto do comércio mundial durante um ano [...] (COGGIOLA, 1996, p. 198).

Nas situações em que a taxa de lucro se apresenta em queda, geralmente se retoma os pressupostos keynesianos de que a saída está na elevação dos gastos públicos, os quais promoveriam um efeito multiplicador que implicaria numa elevação dos investimentos e do emprego, ou seja, o Estado deveria assumir a responsabilidade de criar as bases para a conversão do capital inativo em capital produtivo. Entretanto o efeito dessa saída é que,

no primeiro momento, o Estado supera negativamente o elevado parasitismo privado, recriando as condições do investimento privado. Todavia, no momento seguinte, a reconversão da mais-valia não se efetiva amplificando ainda mais o montante de capital inativo que busca remuneração rentista, pois, quanto mais reconverte capital inativo em produtivo, mais capital inativo será gerando em seguida, já que a iniciativa privada não reconverte sua riqueza por sua conta e risco (XAVIER, 1995 *apud* GOMES, 2004, p. 300).

Dumévil e Lévy (2005, p. 92) apontam o neoliberalismo como um empecilho ao crescimento e à acumulação de capital devido a dois mecanismos fundamentais desse modelo:

[...] o aumento na taxa de juros, que incentiva as empresas a diminuir seu endividamento, e a não tomar empréstimos para financiar seus investimentos; [e] o reduzido recurso à emissão de ações, ao contrário, as empresas são induzidas a recomprar as próprias ações para estimular a tendência à alta das cotações.

Nos EUA, verificou-se que com o neoliberalismo o valor que é direcionado à acumulação é muito pouco diante da vultuosidade do valor destinado a pagamento de juros e dividendos. Isso ocorre porque,

[...] pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, os investimentos das empresas são financiados pelos lucros retidos, com uma regularidade que permite falar de uma verdadeira lei histórica [...]. Essa lei une a taxa de

lucro retido, isto é, após o pagamento de juros, impostos e dividendos, à taxa de acumulação de capital⁵ (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p. 92).

Por isso é que sobra tão pouco nas empresas para investir. Essa conclusão levou Duménil e Lévy (*Ibidem*) a formularem a tese de que “[...] apesar do restabelecimento da taxa de lucro a partir da metade dos anos 80, a taxa de acumulação do capital não foi restaurada; como um efeito desta característica do neoliberalismo: ser um sistema direcionado para a remuneração dos credores e acionistas”.

A onda de desemprego que se elevou entre 1975 e 1985 e que desde então vem alcançando proporções maiores é decorrente das mudanças na base técnica e das reduzidas taxas de acumulação, que se retraem cada vez mais à medida que as empresas vão sendo submetidas ao capital fictício. Desse modo é que podemos afirmar que à medida que crescem em poder e influência, as políticas neoliberais descarregam a mais agonizante crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores.

Em um sistema dominado pelo capital fictício, o desemprego é posto como prerrogativa para a reestruturação da economia, além de ser o meio pelo qual a finança impõe seu poder frente à sociedade. Com as finanças, a fonte da valorização do capital é o próprio capital, o ciclo se fecha em apenas $D - D'$, o que permite ao sistema financeiro colocar-se como uma força autônoma no mundo. Como bem lembra Gomes (2004, p. 23)

A trajetória normal do capital é sair da forma-dinheiro, ser imobilizado (capital produtivo), transformar-se em capital-mercadoria (capital comercial), e retornar à produção no estágio seguinte, motivado por uma taxa de lucro crescente. Quando não há reinvestimento, não havendo restrição à movimentação pelo mercado mundial, esse fluxo se amplia e transborda.

Apesar de tal autonomia, sem a ajuda ativa dos Estados, os investidores financeiros institucionais e os grupos industriais transnacionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual o capital fictício goza no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhe foi dada necessitou de inúmeras medidas legislativas e reguladoras. Novamente faz-se uso do Estado

⁵ O longo ‘boom’ do fim dos anos 90 aparece como exceção, segundo Duménil e Lévy (*loc. cit.*).

para que os caminhos do capital sejam mantidos abertos. Contudo, mantém-se o discurso sobre a auto-regulação do livre-mercado em detrimento de intervenções do Estado, como sempre rezou o liberalismo mostrado como a origem de nossa época nas páginas de *A grande transformação* de Karl Polanyi [1988].

A crise atual surgiu no contexto de mudanças da política monetária dos EUA devido aos gigantescos déficits internos e externos, “o primeiro devido à necessidade de financiamento associada às guerras no Afeganistão e no Iraque; o segundo devido, em grande parte, à deslocalização das empresas para o México e para a China” (NAKATANI; HERRERA, 2010, p. 4), o que acentuou a articulação econômica e política entre Estado e capital.

Certas instituições efetuam a securitização de dívidas e as convertem em ativos financeiros denominados de derivativos. Estes últimos são contratos que fixam os fluxos financeiros futuros em função das variações de preço de um produto subjacente que podem corresponder a uma taxa de juros, taxa de câmbio, cotações da bolsa, *commodities* e até determinados eventos futuros. Essas ferramentas de cobertura servem frequentemente como suporte para estratégias especulativas [...]. Os montantes em jogo nessas transações, induzindo a criação de capital fictício, atualmente, ultrapassam de longe aquele montante destinado à reprodução do capital diretamente produtivo (*Idem*, p. 2).

A expansão de investimentos financeiros internacionais, a organização do fluxo de receitas a partir dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), os sistemas de caráter hierarquizado no domínio monetário e financeiro das relações entre governos são os elementos da totalidade atual que justificam definirmos esse regime de acumulação como sendo predominantemente financeiro.

Esse modo de funcionamento do capitalismo possui dois traços marcantes:

O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro [...] das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações. O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego) (CHESNAIS, 2000, p. 16).

Essas características denotam a dimensão do poder das finanças cujo crescimento está relacionado à autonomia relativa que a esfera financeira possui em relação à produção, à capacidade de mistificar valores gerados pelos mercados financeiros e ao fato de que está nas mãos dos operadores financeiros a decisão sobre quais agentes econômicos, em quais países e quais tipos de transações estarão inseridos nos contornos da mundialização do capital.

Na busca pelo êxito no cumprimento das exigências desse mercado, os salários são os primeiros a sofrerem mudanças. Como resposta às pressões em termos de produtividade e de flexibilidade do trabalho, consolidam cada vez mais os sistemas computadorizados que substituem o trabalho vivo por máquinas, na busca por novo fôlego ao capital, assim como fazem surgir um movimento de restauração capitalista, como é o caso da China, que passou a adotar relações capitalistas de propriedade .

As contradições do capitalismo sempre estiveram enraizadas nas relações sociais baseadas na propriedade dos meios de produção e na necessidade da maioria da população tornar-se ‘demandante de emprego’⁶. Tais contradições são resultantes do dinamismo da acumulação, ora sob queda nas taxas de lucro, ora em crises de superprodução. Hoje, essas contradições se associam à “*contradição entre valorização financeira exigida e valorização econômica possível, com o elevado crescimento financeiro cobrindo a diferença entre rentabilidade demandada pelo capital acionário e capacidade objetiva de lucratividade dos ativos econômicos subjacentes*” (LORDON *apud* CHESNAIS, 2005, p. 61).

A operacionalidade do capital fictício repousa na fé dos portadores de crédito em uma realidade que se conforma à beira da “autovalorização” do capital, ou seja, na crença de que o dinheiro tem a capacidade de gerar lucros por si só. Todavia, “[...] *é preciso que haja produção de riquezas, mesmo que as finanças minem dia após dia, os alicerces [dos quais] dependem tanto a existência material das sociedades [...], quanto à extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros*” (CHESNAIS, 2000, p. 20).

São os grupos privados e os governos que dão cobertura aos investidores institucionais na luta contra as classes e as camadas que precisam explorar. Para isto, as empresas fazem uso da liberalização, da desregulamentação e dos movimentos de capitais para disporem de meios que possibilitam recair sobre os assalariados a ameaça contínua da deslocalização das fábricas para países onde a força de trabalho é mais barata e os salários desprotegidos. Os governos, por sua

6 Expressão que Chesnais (2005, p. 60) considera evidenciar bem que a relação é de dependência.

vez, para atrair essas plantas produtivas tomam medidas em termos de gestão de recursos humanos, modulando as relações sociais “*sob uma forma de submissão à sombra da “ditadura” dos mercados financeiros*” (CHESNAIS, 2005, p. 61).

Todos são obrigados a se adaptar às exigências dos rentistas. Isso se realiza à medida que os governos se comprometem a ampliar a austeridade fiscal e a acelerar as privatizações e, simultaneamente, permitem medidas de demissão maciça dos empregados, flexibilização⁷ e “disciplina salarial”. O crescimento da produtividade sem aumento e até mesmo com uma redução do tempo de trabalho está fundado em medidas organizacionais que repousam sobre a baixa capacidade de resistência dos assalariados frente às novas formas de exploração às quais são submetidos no seio dos grupos industriais que buscam atingir as exigências de remuneração dos proprietários do capital. Como nos fez aprender Marx, a exploração não se encerra apenas entre os grupos industriais e trabalhadores, ela segue também na chamada exploração intercapitalista, aquela em que o grande grupo capta frações do valor dos produtos das empresas menores ou da capacidade de negociação a preços mais baratos, monopolizando assim o valor criado em outras estruturas fora de seus estabelecimentos, mas como se tivesse sido criado em seu interior. Essa transferência se dá pela concorrência entre os capitais, podendo ser percebida quando vemos a transformação do valor em preço de produção, onde os capitais de baixa composição transferem mais-valia para os setores de mais elevada composição orgânica.

Uma das formas de reação contra a queda da taxa de lucro dá-se através da compra e fusão de empresas, fazendo crescer o já elevado grau de centralização que vinha desde a virada dos anos 70-80. Ora, é sabido que “[...] *enquanto a centralização [...] reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa por trabalho*” (Marx, 1984, Livro 1, vol. 2, p. 198). Assim, foi que de ambas as formas, tanto pressionando os assalariados quanto as firmas menores, os grupos industriais garantiram o restabelecimento de suas taxas de lucro e garantiram rentabilidade aos investidores institucionais.

7 Ler item 3.3 - A flexibilização e a precarização do trabalho na página 55.

A forma de se posicionar do capital fictício, exteriormente à produção, é devido ao caráter rentista dos capitalistas e dos fundos de pensão. Este obtém mais-valia através da simples posse do capital, com isso, uma parte do capital subtraída do processo de produção se torna autônoma na apropriação de mais-valia sob a forma de juro. Essa é a autonomia da finança teorizada por Marx no Livro III de *O Capital*, é fruto dela a valorização essencialmente financeira dos capitais com o emprego especulativo e parasitário de parte do lucro retido.

A liberalização e a desregulamentação para o capital possibilitaram a articulação do deslocamento da produção com a organização de sistemas de subcontratação internacionais que, de acordo com Chesnais (2005, p. 55), “*permitem explorar o trabalho de mão de obra qualificada em países onde os salários são baixos*”. Trata-se da exploração das diferenças de valores e de preços internacionais na compra da força de trabalho e na taxa de rentabilidade que é garantida graças à ausência de uma regulamentação rígida do trabalho, do direito de sindicalização e da proteção social. Essa estratégia de reestruturação com destruição de postos de trabalho se soma à política de restrição orçamentária e de privatização levando a economia mundial para um regime desfavorável à acumulação e a uma recomposição da superpopulação relativa.

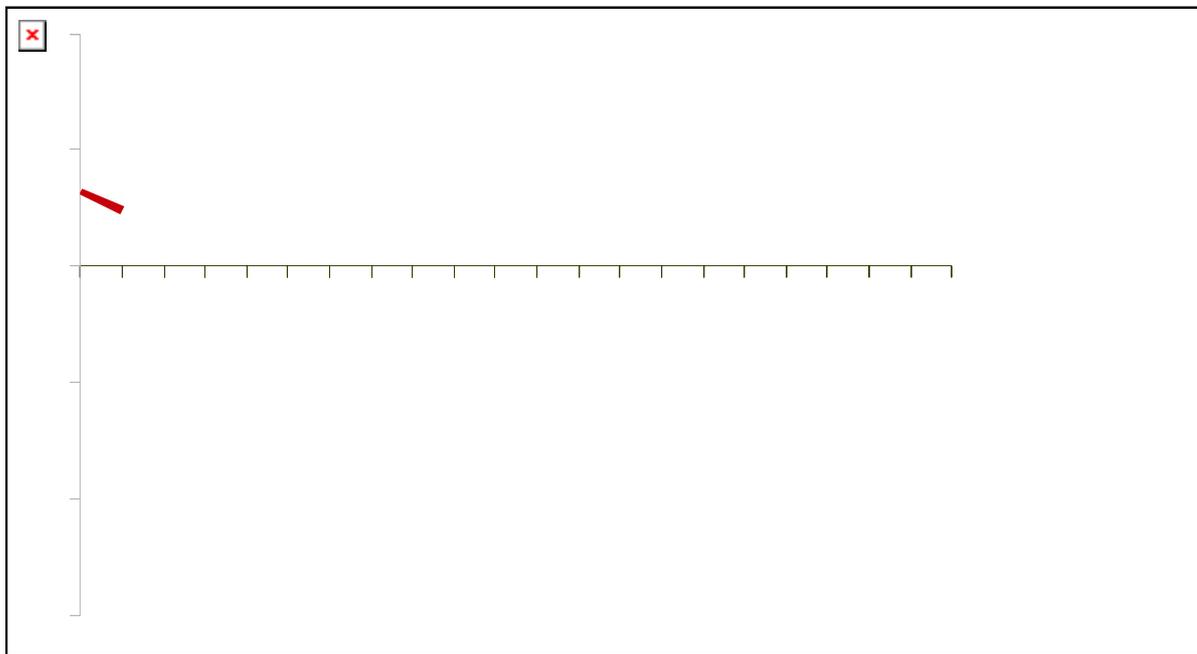
O crescimento econômico mundial tem se mostrado lento e concentrado em poucos lugares. A economia capitalista, que vinha crescendo de forma menos desigual no período de 1955-1975, retomou sua configuração de desenvolvimento desigual nos anos 90, dado que, nessa década, a economia mundial cresceu em duas zonas somente, uma situada no sudeste da Ásia e a outra nos Estados Unidos. Ao verificar o indicador de crescimento anual do produto mundial *per capita*⁸, Chesnais (2000, p. 57) constatou que:

[...] enquanto a taxa se aproximava de 4% entre 1960 e 1973, caindo depois para 2,4% entre 1973 e 1980, não foi mais de 1,2% entre 1980 e 1993, não aumentando depois disso. Em face do crescimento demográfico, a taxa anual média de crescimento do produto mundial não superou 2% ao longo da década de 1990. A longa série estatística publicada pela OMC mostra a queda regular dessa taxa. superior a 7% no período 1963-73, caiu para 3% entre 1973 e 1990 e para um pouco mais de 2% entre 1990 e 1999.

8 Esse indicador mostra-se satisfatório apenas para se investigar inicialmente o desempenho econômico em termos de crescimento. Não sendo suficiente para análises de estágios de desenvolvimento.

Nesse mesmo contexto, a taxa de crescimento da produção industrial é um outro indicador relevante. Observa-se que essa taxa vem sofrendo queda contínua, passando de cerca de 6% no início dos anos 60 para 2% ao longo da década de 90 nos países da OCDE. De 2000 a 2009, passou de 5,2% para -12,2%. Nessa última década a taxa de crescimento da produção industrial apresenta-se muito instável e vem indicando um processo de desindustrialização nos países da OCDE (Figura 3).

Figura 3 – Indicador da desindustrialização mundial 1989-2010 (%)



Fonte: OCDE.Stat. Elaboração nossa.

Um exemplo do que se pode esperar é o fato de que os acontecimentos atualmente na Europa já vinham sendo desenhados desde o início desta década (Figura 4)

Movimentos das taxas de lucro, investimento e desemprego e da parte do lucro não investida, na Europa

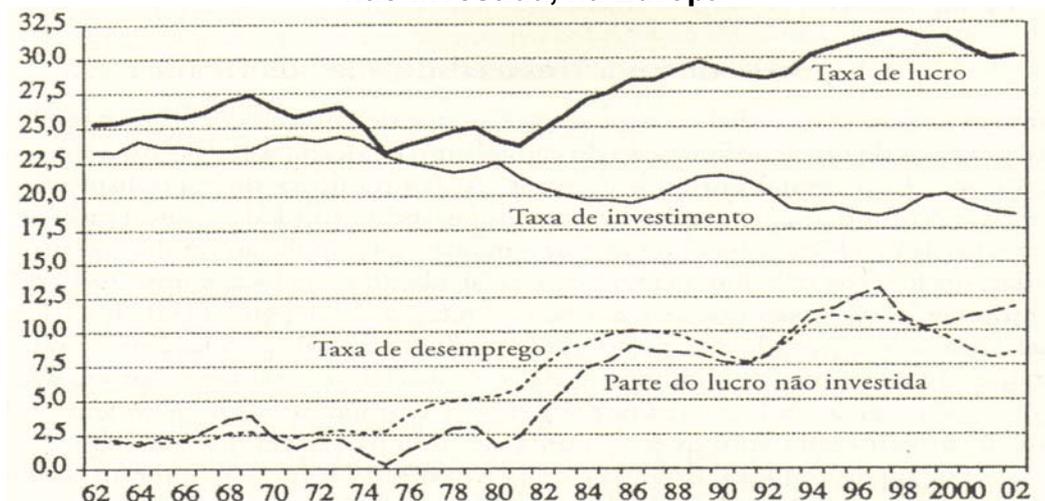


Figura 4 – Lucro, investimento e desemprego na Europa.

Fonte: Husson, *Les casseurs de l'État social* (apud CHESNAIS, 2005, p. 59).

A explicação dada por Chesnais (2005) para esses resultados é a seguinte:

O investimento é a variável determinante do crescimento no longo prazo. No setor privado, ele é financiado pelos lucros retidos. A taxa de lucro necessária para a realização das normas do 'valor por acionista' conduz à rejeição de todos os projetos de investimento que não garantirão a taxa exigida. No momento em que a participação dos salários nos resultados da produção se reduz e a parte dos lucros reservada aos investidores também diminui, a taxa de investimento é duplamente atingida – pela desaceleração do consumo dos assalariados e pela reduzida propensão a investir. A taxa de crescimento é lenta e o desemprego aumenta (CHESNAIS 2005, p. 58).

Diante disso, podemos afirmar que o regime de acumulação submetido à expansão do capital fictício só alcança seus resultados porque consegue pressionar o custo da força de trabalho de modo que seja o mínimo possível mediante a recomposição de uma superpopulação relativa. Como explica Marx (1989, Livro 1, vol.1, p. 739),

[...] os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são [...] determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora liberada.

Estes movimentos se realizam no compasso do ritmo de acumulação de acordo com as necessidades variáveis do capital. O regime adotado não favorece à taxa de acumulação, que é regida por dois fatores: a taxa de lucro e a taxa de investimento. Para termos uma ideia a respeito da acumulação de capital utilizamos os dados referentes à formação bruta de capital (Figura 5), visto que esta registra a ampliação da capacidade produtiva futura por meio de investimentos correntes.

Figura 5 – Formação Bruta de Capital (% do Investimento Bruto Interno)



Fonte: Banco Mundial.

3.2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DE DESLOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

A mundialização do capital significou a abertura total dos territórios não somente aos movimentos de mercadorias, mas também aos fluxos de investimentos. Segundo Husson (2006, p. 3), “[isso] *pode ser interpretado como a tendência ao estabelecimento de preços mundiais e a generalização de um processo de equiparação dos lucros em escala mundial.*” Essa tendência se destacou, sobretudo, com a expansão da esfera financeira. Entretanto, foi na produção que ela ocasionou transformações essenciais:

abertura comercial para as grandes corporações transnacionais; privatização das empresas estatais, de preferência para o capital estrangeiro; flexibilização dos direitos trabalhistas, “desonerando” o capital;

restrição ao movimento sindical; e, principalmente, desindexação dos salários (GOMES, 2004, p. 32)

Isso impulsionou um processo de deslocalização industrial sem precedentes. Hoje quase não é mais possível falar em obstáculos à circulação dos capitais e observamos também que há uma espécie de mundialização da produção. As chamadas empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais com uma *“capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais [...]”* (POCHMANN, 2004, p. 32). As empresas transnacionais passam a existir sob as mais diversas formas: filiais, parcerias, cogestão com uma empresa local, aquisição, terceirização para determinados segmentos da produção, enfim, emergiram novos tipos de empresas que *“[...] não são especializadas num único produto, mas sim, que integram diversas atividades num conjunto variado para um lucro máximo”* (HUSSON, 2006, p. 4). De certo, é que elas se tornaram cada vez menos ligadas a sua base de origem nacional.

De acordo com Harvey (2006, p. 143)

A empresa multinacional capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, mercado de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz.

A empresa transnacional é considerada o principal locus de acumulação, nesse atual contexto da mundialização do capital. Esse tipo de organização tem tido cada vez menos identidade com a categoria de empresa e passa a ser considerada como grupo econômico diante de tantas transformações ocorridas em seu formato, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Da empresa local à empresa global: que diferença um século faz

Características	Século XX	Século XXI
Organização	Piramidal	Em rede
Foco	Interno	Externo
Estilo	Rígido	Flexível
Fonte de força	Estabilidade	Mudança
Estrutura	Auto-suficiente	Interdependente
Recursos	Átomos – ativos físicos	Bits - informação
Operações	Integração vertical	Integração virtual
Produtos	Produção em massa	Customização em massa
Alcance	Doméstico	Global
Resultados financeiros	Trimestrais	Em tempo real
Controle de estoque	Mensal	Por hora
Estratégia	Do topo à base	Da base ao topo
Liderança	Dogmática	Por inspiração
Trabalhadores	Empregados	Diferentes formas*
Expectativa no emprego	Segurança	Segurança*
Motivação	Para competir	Para construir
Melhorias	Incrementais	Revolucionárias
Qualidade	A melhor possível	Sem compromisso

Fonte: GONÇALVES, 2002, p. 390 (*adaptada).

Gonçalves (2002) nos mostra, em seu estudo, uma distinção entre o que se chama de empresa multinacional e transnacional, ele afirma que

[...] a expressão 'multinacional' estaria reservada a empresas formadas por associações entre empresas de países em desenvolvimento (inclusive com forte presença de associações e parcerias entre empresas estatais) com atuação regional, enquanto a expressão 'transnacional' estaria referenciada às grandes empresas originárias dos países desenvolvidos com atuação em escala global (GONÇALVES, 2002, p. 390).

O desligamento de uma filiação nacional por parte dessas empresas parece dar os contornos do que se convencionou chamar de a nova divisão internacional do trabalho, que para Pochmann (2004, p. 32), refere-se “[...] à polarização entre a produção de manufaturas, em parte dos países semiperiféricos⁹, e à geração de bens de informação e comunicação e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo mundial”. De modo que,

Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente

9 O conceito de semiperiferia [é] incorporado como forma de identificar melhor o surgimento de uma clara diferenciação no interior dos países que não se encontram nem no centro capitalista, nem mesmo em sua periferia”. (POCHMANN, 2004, p. 22)

tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de [força de trabalho] mais barata possível, além de uso intensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos. No centro do capitalismo, a redução da produção intensiva em [força de trabalho] foi complementada, em parte, pela ampliação de plantas intensivas em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador muito mais elevado. Por conta disso, mais de 70% do total da ocupação desses países concentram-se no setor de serviços, que é menos globalizado (e, portanto, mais protegido) que os setores industriais e agropecuários (POCHMANN, 2004, p. 32-33).

Ora,

A divisão espacial do trabalho [aparece] como uma estratégia do capital na busca de melhores condições de valorização e acumulação e, ao mesmo tempo, como tradução geográfica do tipo de incorporação, nas decisões de investimentos das empresas, das desigualdades que caracterizam a distribuição dos fatores locacionais, em especial os distintos níveis de presença dos diversos tipos de mão de obra. Assinale-se que [...] o espaço é apreendido em termos de “dialética sócio-espacial”: é visto a um só tempo como “reflexo” das relações sociais – dimensão associada à distribuição geográfica dos fatores locacionais, sobretudo dos diferentes tipos de mão de obra, modelada no curso da história – e como “condicionante” dessas relações – dimensão incrustada na influência que as desigualdades na distribuição dos fatores de lucratividade exercem nas decisões de investimentos e de localização do capital, resultando, por exemplo, em divisão espacial do trabalho (LINS, 2007, p. 7).

Conforme Marx (1989, p. 405), “[no] período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial que figuram entre as condições de existência gerais desse período.”

Podemos afirmar que o mercado mundial não se configura como condição de existência apenas desse período manufatureiro, mas sim do próprio capitalismo, contudo, atualmente os motivos sob os quais o capitalismo busca cada vez mais a expansão do mercado mundial são outros. Como dissemos anteriormente as portas do mundo não se abrem mais somente ao movimento de mercadorias, mas também aos fluxos de investimentos. Mas quais fundamentos direcionam o deslocamento desses investimentos?

Para compreendermos isso fomos buscar os fundamentos teóricos da Economia Industrial a qual explica que a base elementar e determinante do processo de internacionalização da produção está nos chamados fatores locacionais.

As empresas transnacionais penetram em mercados externos por meio de Investimento Direto Externo (IDE). Elas são atraídas por expectativas de lucros extras que podem estar associados, afirmam alguns autores, ao uso de tecnologia

de produção mais eficiente, de um sistema de distribuição mais eficaz ou à fabricação de um produto diferenciado, todas estes fatores se apresentariam como vantagens em comparação ao país receptor do investimento. Portanto,

O diferencial de dotação de fatores é a variável-chave. A existência de amplas fontes de matéria-prima (resource seeking), assim como reduzidos custos de [força de trabalho] (efficiency seeking), justificariam o [investimento direto externo] em recursos naturais e trabalho. A capacitação tecnológica também pode ser vista como uma variável de estoque [de fator de produção]. Neste caso, a [empresa transnacional] pode ter uma estratégia de busca de ativos específicos como o conhecimento tecnológico e a capacidade mercadológica (asset seeking), inclusive, por meio de acordos que envolvam fluxos de IDE. Além disto, elevados custos de transporte também estimulariam o IDE (GONÇALVES, 2002, p. 397).

A mobilidade do capital e as redes de produção criam condições que favorecem à deslocalização de investimentos para regiões do mundo, por exemplo, onde os custos sociais são mais baixos, o que tem sido alcançado graças ao processo de flexibilização nos mercados de trabalho, o qual estudaremos no próximo item deste capítulo. Todavia, aponta-se que isso, concomitantemente, acelera o processo de desinvestimento, em geral na indústria, nos países de onde saem, reduzindo sua base de emprego. Essa redução da participação do setor industrial na soma do emprego total e no PIB, a chamada Nova Desindustrialização, também tem relação com o processo de deslocalização do capital e fomentou por muito tempo discussões sobre a (des)integração Norte-Sul. Para Behrman (1984, p. 191), os critérios¹⁰ seletivos das empresas 'multinacionalizadas' *“alteram a localização da indústria entre os países em desenvolvimento, bem como as suas posições relativas no Norte e no Sul”*.

Porém, há muitas rugosidades em relação às vantagens referentes ao interesse de deslocar investimentos em direção aos países do Sul, entre as quais temos que

[O] argumento do salário não é, [como vimos], o único fator a determinar a localização dos investimentos; do contrário, dever-se-ia registrar investimentos enormes na Etiópia, em Burkina Faso ou Haiti. Na realidade, o

10 Os critérios apontados por Behrman (1984) incluem os seguintes: certo grau de estabilidade política e econômica no país hospedeiro, alto nível de certeza nos casos de acordos ou contratos com o governo, tamanho de mercado suficiente, força de trabalho adequada, governo cooperativo e oportunidade para enviar parte dos lucros para a matriz. Além disso, *“ [os] critérios que as instituições financeiras aplicam a seus empréstimos às 'multinacionais' para investimentos no exterior incluem também os de estabilidade econômica e política no país hospedeiro como primeira evidência de bom conceito de crédito e, por conseguinte, de sua capacidade de resgate”* (BEHRMAN, 1984, p. 190-191).

salário deve ser comparado à produtividade; a relação entre os dois definindo o custo salarial unitário. Se os salários de um país são cinco vezes inferiores aos franceses, mas a sua produtividade é dez vezes mais baixa, o custo salarial desse país dobra em comparação com o que ele é na França. Outros elementos mais qualitativos intervêm, como o grau de qualificação da [força de trabalho] ou a proximidade dos mercados. A imobilidade do capital, a dificuldade em encontrar infra-estrutura (malha industrial, transporte e telecomunicações, serviços) e a disponibilidade de tecnologia de ponta, etc., intervêm também na decisão [...] (HUSSON, 2006, p. 5).

Ora, são esses elementos em conjunto que direcionaram a reestruturação produtiva a tornarem as formas de concorrência, entre os países avançados, mais pesadas, impulsionando as empresas a reestruturar e a aumentar sua produtividade através da automação, flexibilização das relações trabalhistas e redução de pessoal, a fim de *“baixar os preços tanto para responder a um desmoronamento da demanda quanto para melhorar a competitividade nos mercados externos”* (HUSSON, 2006, p. 6).

A arma mais eficaz da qual os países do Sul dispõe é somente essa, baixos salários. E nos parece que por isso mesmo, nos países do Sul, os subempregos continuam a dominar e o déficit de empregos a se agravar. Na maioria dos casos, esses países estão inseridos no contexto do comércio internacional com uma pauta exportadora que exige o alargamento de suas fronteiras e a reprodução de suas vantagens comparativas mediante baixos salários. Assim, os empregos são perdidos mediante duas vertentes: primeira, a manutenção dos baixos salários tem por efeito impedir o desenvolvimento do mercado interno, o que reduz a criação de empregos, e segunda, a expulsão dos produtores locais, que são postos a concorrerem com produtores mais eficientes do mercado mundial, fazendo-os desaparecerem e/ou aumentarem as filas do desemprego.

Apesar do avanço no fluxo de recursos estrangeiros em países semiperiféricos, o IDE permanece ainda muito fortemente concentrado nas economias centrais. Ainda que mais recentemente uma parte importante dos IDE tenha sido direcionada aos países de renda intermediária (semiperiferia), nota-se que o segmento de economias de baixa renda (periferia) continuou perdendo participação no fluxo de recursos internacionais, sem alterar a parte do bolo que fica com as economias avançadas (POCHMANN, 2004, p. 31).

No estado atual das coisas os movimentos das empresas transnacionais, só agravam essa configuração, pois tendem sempre a deixar um país quando seus salários aumentam. Para alguns estudiosos, é essa pressão que faz os trabalhadores do Sul buscarem oportunidades nos mercados do Norte. Eles seguem

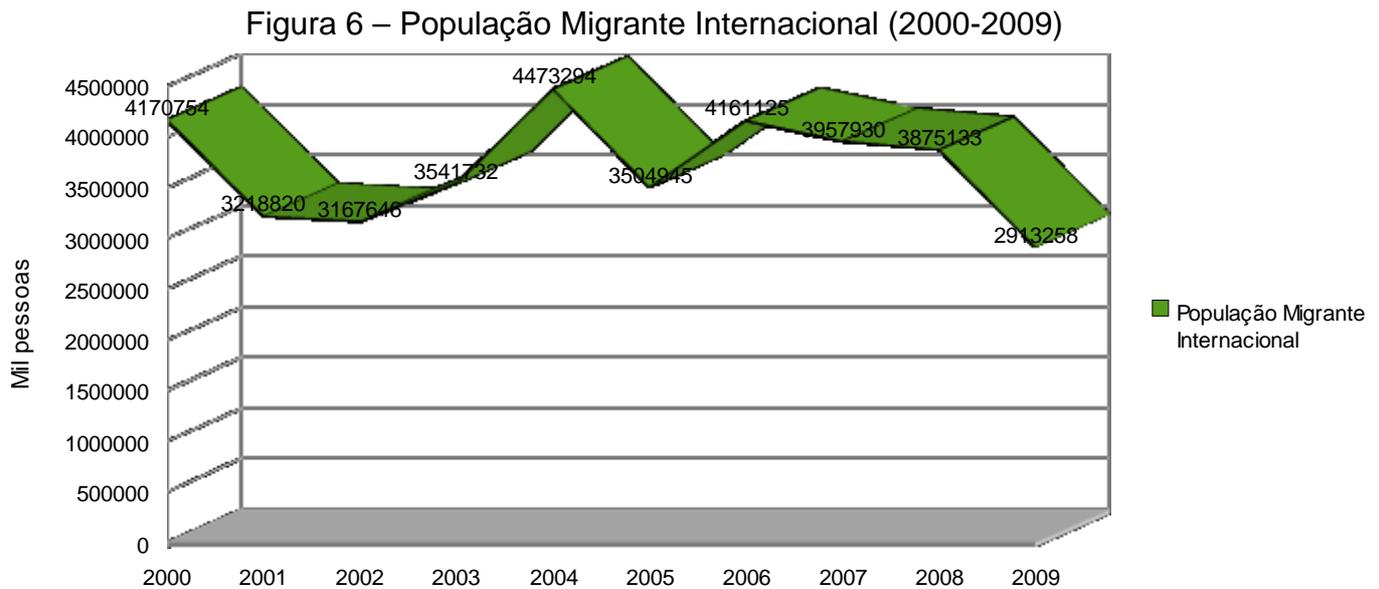
em direção a um emprego que lhe foi tirado, e não raramente, sua migração é transformada em uma ação criminosa, como está relatado em uma matéria publicada no *Le Monde Diplomatique* Brasil:

Nos últimos treze anos, desde que entrou em funcionamento a chamada 'Operación Guardián', mais de quatro mil mexicanos sem documentos foram mortos ao tentar entrar nos Estados Unidos. Afogados, ou mortos de sede e calor no deserto, muitos cadáveres nem ao menos alcançam a dignidade de ter um nome e constituem apenas mais uma cifra na contabilidade de vítimas. Outros morrem de forma diferente. Como José Alejandro Cruz, abatido a tiros. Seu assassino foi um agente da Patrulha Fronteiriça, em El Paso, Texas, em 8 de agosto [de 2010]. Ele tinha 23 anos de idade e era operário do setor têxtil. Seu crime: estar sem passaporte e reclamar a soltura de uma mulher prestes a ser deportada, detida pelos guardas (NAVARRO. In: *Le Monde Diplomatique* Brasil, 2011).

Segundo o Relatório Mundial 2006: igualdade e desenvolvimento do Banco Mundial, o México é o país que lidera a “exportação” de força de trabalho no mundo: cerca de 2 milhões de pessoas, no período de 1995 a 2000, com uma média anual de quase meio milhão de imigrantes sem documento que se dirigem aos EUA.

As novas tendências emergentes do processo de reestruturação produtiva impõem fortes modificações na dinâmica dos investimentos no plano internacional, de modo que, os movimentos do capital tendem a condicionar os movimentos de outros fatores de produção e vice-versa. Conforme, Chesnais (2000, p. 10), os grupos industriais “*usam de sua liberdade de ação e de sua restaurada mobilidade para fazer pesar sobre os salários a ameaça (que pode, além do mais, tornar-se efetiva) de deslocar suas plantas produtivas [para os países onde os custos são mais baixos]*”. As mudanças organizacionais nas empresas que permitiram a criação de inúmeras modalidades de crescimento da produtividade, a introdução do processo flexível de produção e de “novos” contratos trabalhistas (trabalho temporário, trabalho parcial, terceirização, etc) e a indução do aumento do desemprego significaram um aumento da oferta de trabalhadores, que contou com a contribuição também da imigração de trabalhadores de todas as partes do mundo levados pela possibilidade de ultrapassar novas 'fronteiras'. Ora, os processos de produção e distribuição das empresas transnacionais se tornaram globais e encontram-se disseminados geograficamente. Isso pode ter dado espaço à mobilidade internacional dos trabalhadores “*embora não se verifique nem de longe uma situação de plena mobilidade espacial da mão de obra, formou-se um “mercado global” de trabalho [...]*” (CORSI, 2010, p. 5), No entanto, apesar de que

desde 2006 esteja se apresentando em queda, a migração internacional se apresenta em patamares altos, como mostra a figura 6, a seguir, sobre migração de uma população de diversas partes do mundo que se dirige rumo aos países membros da OCDE, do período de 2000 a 2009.



Fonte: OCDE. Stat, 2011. Elaboração nossa.

Sabe-se que em escala global existe um excedente enorme de força de trabalho disponível para o capital e já se pode apontar uma consequência fundamental disso: o acirramento da competição entre os trabalhadores internacionalmente, acelerando uma pressão para baixo dos salários no conjunto da economia mundial.

Ao mesmo tempo, com o deslocamento de vários segmentos produtivos em direção à Ásia, os países asiáticos assumem cada vez maior participação relativa na produção global, “o que incorpora milhões de trabalhadores à economia mundial” (CORSI, 2010, p. 6).

Em linhas muito gerais, os países em desenvolvimento da Ásia, não obstante as profundas peculiaridades históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, adotaram projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês. Entre suas principais características pode-se destacar as seguintes: ampla ação estatal na economia, estratégias de crescimento voltadas para as exportações e uso intenso de modernas tecnologias. Soma-se nesses países a grande oferta, a superexploração da força de trabalho, as políticas de desenvolvimento tecnológico e as políticas de qualificação da força de trabalho (PALMA, 2004 *apud* CORSI, 2010, p. 8).

Por tudo isso, podemos afirmar que a Ásia corresponde hoje a um depósito de força de trabalho barata, qualificada e disciplinada. Tomando a China como exemplo, vemos que o país “*atrai as empresas estrangeiras esmagando os seus salários, por intermédio nomeadamente da repressão ao sindicalismo independente [...]*” (CHESNAIS, 2006, p. 11) e oferecendo uma das mais elevadas taxas de produtividade do trabalho.

As amplas disparidades principalmente nos níveis de salários, produtividade e estilos de vida entre os países para os quais as empresas transnacionais se destinam a explorar são o que promovem a agudização da concorrência entre os trabalhadores de todas as partes do mundo. Além disso, essa concorrência é a estratégia que permite a reestruturação industrial em busca de uma retomada da rentabilidade do capital e da maximização do lucro.

3.3 A FLEXIBILIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Os desdobramentos da mundialização do capital sobre o mercado de trabalho são agudos e ferem principalmente os direitos trabalhistas frutos de conquistas históricas, pois estão sendo desregulados e flexibilizados, dando espaço cada vez mais a formas de trabalhos precários. Ocorre paralelamente a essa tendência um acirramento do que no presente se configura como uma das principais estratégias do capital para a manutenção do seu domínio: a heterogeneização da classe dos trabalhadores sob a consolidação de um ponderável exército de reserva, o que repercute diretamente sobre a organização e densidade política das demandas apresentadas.

A necessidade de superar o padrão de acumulação taylorista/fordista que já não dava mais respostas satisfatórias à crise capitalista “[...] *fez com que [...] o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal [...]*” (ANTUNES, 1999, p. 47). Essa reestruturação envolve mudanças

No interior do sistema de produção capitalista [onde estaria ocorrendo] a emergência de um regime de acumulação flexível [...] do qual são características a nova “divisão de mercados”, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades [e] a

reorganização financeira e tecnológica (HARVEY, 1996 apud ANTUNES, 1999, p. 50).

Quando no final dos anos 1960, período em que vários sinais do esgotamento do regime de acumulação fordista (já internacionalizado) manifestam-se a partir de uma forte queda de produtividade do trabalho nos Estados Unidos, surge a necessidade de uma reordenação no processo de trabalho com implicações na conformação de um “novo” trabalhador para as imposições colocadas pelo movimento do capital, como aponta Druck (2001),

[Na] busca por soluções para resolver a crise, [o capital] iniciou um processo de reestruturação produtiva, apoiado na crescente adoção da base tecnológica microeletrônica, nas novas políticas de gestão e organização do trabalho fundadas na “cultura da qualidade” e numa estratégia patronal que visa cooptar e neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. São políticas que, por um lado, “incluem” uma elite no novo padrão que está sendo gestado e, por outro, “excluem” – através do desemprego e das formas precárias de contratação e subcontratação – grandes parcelas de trabalhadores assalariados (DRUCK, 2001, p. 72).

Como é de se esperar essas respostas do capital à sua crise visavam a reestruturação do sistema produtivo sem transformar as bases do modo de produção capitalista, isto é, o regime capitalista em si.

As principais mudanças se deram sobre as técnicas de racionalização do trabalho, sobre a base do modelo que se convencionou chamar de Toyotismo. Uma delas é o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), que segundo Antunes é

[...] constituído por grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do ‘savoir faire’ intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava (ANTUNES, 1999, p. 55).

Nós destacamos a palavra ‘instigados’ para ressaltar que a participação voluntária nesses círculos é discutível, pois as empresas usam meios como dar aos trabalhadores mais engajados promoções, participação em cursos de aperfeiçoamento, além de esses não entrarem no programa de dispensa periódica, entre outros benefícios. O principal resultado desse modelo vem sendo a redução de custos das empresas e um desestímulo à ação sindical.

Uma outra técnica que provocou mudanças sensíveis no trabalho é o assim chamado sistema *just-in-time* que quer dizer “[...] *produzir o produto necessário, na quantidade e no momento necessário, isto é, produzir num determinado momento somente o que terá utilização imediata*” (OLIVEIRA, 1998, p.

174) e tem como princípio “[...] o *melhor aproveitamento do tempo de produção*” (ANTUNES, 1999, p. 54). A lógica capitalista que está embutida nesse sistema é a vinculação muito próxima entre a produção e o mercado, ou seja, a aceleração da circulação de mercadorias.

Há também o *kanban* que é um sistema de informações, através do qual as placas ou senhas de comando controlam a reposição de peças e de estoque. Ele substitui as ordens tradicionais de fabricação. O uso desse sistema fez com que os estoques comparados ao período do toyotismo se reduzissem bastante.

Por fim, o *team work* que compreende o trabalho operário em equipe, com multi-variedades de funções. A partir desse formato, “[as] *responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção, anteriormente realizadas pela gerência científica [foram] interiorizadas na própria ação dos trabalhadores*” (ANTUNES, 1999, p. 56). Daí, o processo de produção por meio dos *team work* pode pressupor uma intensificação da exploração do trabalho. Esse arcabouço de mudanças permite que a produção aumente, sem, no entanto, aumentar a quantidade de trabalhadores. Como fica bem evidente no clássico depoimento de Satochi Kamata, autor do livro chamado Japão: a outra face do milagre,

[a racionalização da Toyota] não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos ‘movimentos desperdiçados’ são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário [...], esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores alcança surpreendentemente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo o seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção (apud ANTUNES, 1999, p. 56).

Com a introdução da telemática abre-se o caminho para a fragmentação do processo de trabalho e para novas formas de “trabalho em domicílio” que possui muita semelhança com o trabalho por peça verificado por Marx lá no início do capitalismo, em que o salário dos trabalhadores estava diretamente ligado à sua produtividade; o trabalho em domicílio vem resgatar essa forma de extração de mais valia.

Toda reorganização flexível do trabalho, conforme Braga (1996), estabelece-se sobre muitas dimensões, tais como:

[A] flexibilidade funcional (campo definido pelo trabalho multifuncional onde um único trabalhador realiza diferentes atividades), a flexibilidade numérica

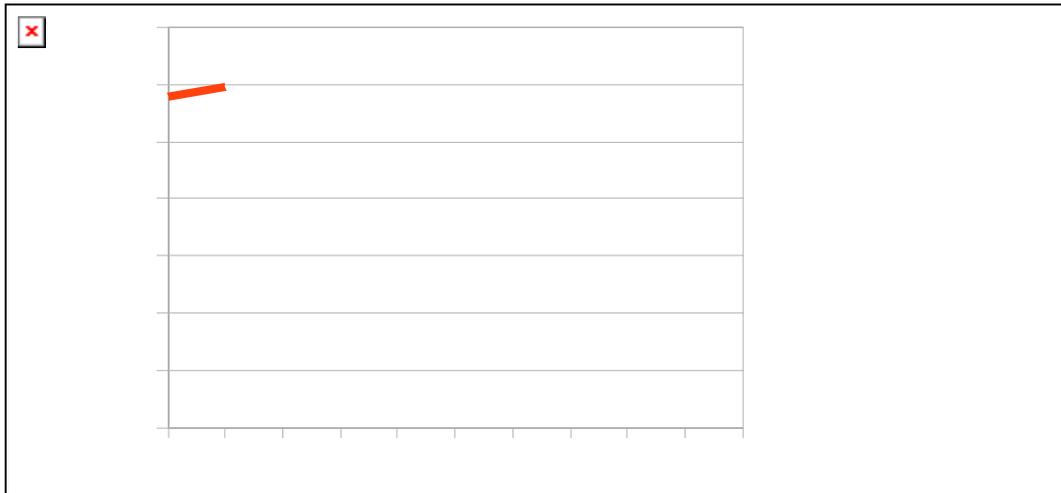
(que sujeita os trabalhadores a regras de trabalho precário, contratos temporários), a flexibilidade financeira (expressa, sobretudo, pela redução dos custos fixos) e a flexibilidade espacial (eliminação de estoques, desconcentração territorial). A flexibilização da produção encontra-se ainda, intimamente relacionada com a conhecida estratégia de qualidade total (flexibilização global), bem como com a contenção dos custos sociais do emprego a partir da implementação de diferentes formas de trabalho precário, como é o caso do trabalho parcial, a terceirização, o trabalho doméstico e o trabalho de curta duração (BRAGA, 1996, p. 233).

De fato, sob um dos principais efeitos da crise, o desemprego estrutural, o capital consegue impor regimes e contratos de trabalho mais precários. Como podemos observar na figura 7 a seguir, há um crescimento, nas últimas décadas, da quantidade de trabalhadores que dependem do chamado trabalho *part time*¹¹ nos países membros da OCDE, acompanhada por uma queda na quantidade de trabalhadores em empregos de tempo integral.

Para Harvey, há uma radical reestruturação do mercado de trabalho, no sentido de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis e da redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Ele vê um grupo de trabalhadores "centrais", que têm maior estabilidade, perspectivas de promoção e reciclagem, bons salários diretos e indiretos, e se caracterizam por sua adaptabilidade, flexibilidade e mobilidade. Na periferia, Harvey identifica outros dois grandes grupos de trabalhadores. No primeiro, tem-se os empregados em tempo integral com habilidades menos especializadas, que possuem alta taxa de rotatividade e menos oportunidades que os trabalhadores centrais. No segundo, e este grupo é o que mais tem crescido, tem-se os trabalhadores em tempo parcial, casuais, com contrato por tempo determinado, e sem direitos assegurados: são os subcontratados (apud BEHRING et al, 1998, p. 4).

Figura 7 – Emprego full-time e part-time (2000-2010)

11 A figura 7 contém os dados sobre trabalho em tempo parcial e integral com base na definição comum de 30 horas de trabalho semanais no trabalho principal.



Fonte: OCDE.Stat, 2011. Elaboração nossa.

Para Braga (1996, p. 233), essa maior flexibilidade no uso da força de trabalho “*permite aumentar a produção descentralizada com maior número de trabalhadores externos [terceirizados] e redução de custos do capital*”. Essa externalização de partes consideráveis das atividades produtivas que acompanha o processo de desconcentração industrial, de acordo com Braga (1996, p. 135), dá-se “*a partir da descentralização da gestão e do desenvolvimento de redes de empresas subcontratadas*” e só é possível pelo excedente de força de trabalho que é impelido a sujeitar-se ao trabalho precário ou temporário. Isso amplia o abismo entre trabalhadores assalariados estáveis e instáveis.

Todavia, para alguns estudiosos a flexibilização se mostrou como um novo paradigma e mais, como uma saída à crise da produção em série, pois através dela seria possível obter respostas rápidas às variações de demanda e à diversidade do mercado. Entre estes Druck (2001) apresenta Piore e Sabel. É importante ressaltar que os estudos desses autores toma como campo material-empírico as indústrias de cerâmica, calçados, motocicleta, autopeças e máquinas agrícolas no norte da Itália e a indústria de máquina-ferramentas na Alemanha Ocidental e no Japão, e foram motivados pelo fato de que esses países cresciam e conquistavam mercado, enquanto a forma de produção em série, principalmente nos EUA, estava em crise. Na análise eles buscaram mostrar que a especialização flexível poderia ser uma alternativa à produção em série.

Conforme Druck (2001),

[O] modelo defendido [por estes] autores seria constituído por uma estratégia industrial em que as pequenas e médias empresas ocupam um papel central na reestruturação. [Estas] empresas utilizam uma tecnologia

avançada, mas combinada com um trabalho de tipo artesanal que exige uma mão de obra qualificada e muito treinada, No âmbito da organização do trabalho, realizam a integração entre concepção e execução, estabelecendo tarefas multiespecializadas. Ao mesmo tempo, as relações hierárquicas na empresa devem ser mudadas, superando a sua rigidez e transformando-a numa organização mais informal, que aproxime os vários níveis e cargos (DRUCK, 2001, p. 75).

Para eles, essa configuração, que teve destaque na chamada Terceira Itália¹², permitiu que tivessem acesso a mercados exigentes e diversificados e implicou numa queda do desemprego na região, além do que os níveis salariais são considerados os mais elevados do país¹³. Sob essa configuração, fica evidente que *“nessa 'nova forma produtiva', forja-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico [...]. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes com perfil semi-artesanal e familiar”* (BEHRING et. al., 1998, p. 3) .

Uma forte crítica sobre o modelo de Piore e Sabel, apontado nos estudos de Druck (2001), é a de Schmitz, que questiona a ideia de que a força de trabalho na especialização flexível é multi-especializada e estável, e discorda também que seja possível reproduzir esse modelo com sucesso em qualquer região. Ele observa que *“nos países menos desenvolvidos o excedente de mão de obra pressiona o seu uso mais extensivo, deixando, num segundo plano, a inovação”* (SCHMITZ, 1989, apud DRUCK, 2001, p. 77).

Os regulacionistas formulam diferentes posições quanto ao surgimento de um novo paradigma de gestão e organização da produção e do trabalho. Dentre os principais, e com visões diferentes, Druck (2011) apresenta Lipietz e Coriat. De acordo com Lipietz, com a era Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA começa a se estabelecer um paradigma denominado “liberal-productivismo”, cujo discurso é o de que *“[...] o livre jogo do mercado ditará automaticamente um novo modelo de desenvolvimento compatível com as novas tecnologias”* (LIPIETZ, 1991, apud DRUCK, 2001, p. 80). Lipietz observa que essa “nova visão de mundo” apresenta como um dos fundamentos principais a integração do indivíduo à empresa. Fala-se

12 A Teceira Itália correspondia a uma região do país economicamente atrasada.

13 De acordo com Ferreira (1991, apud Druck, 2001, p. 74), *“existem alguns condicionantes históricos na região que propiciaram o surgimento do modelo: a forte presença de movimentos cooperativos, a influência marcante do Partido Comunista Italiano, que implementou uma política de apoio às pequenas e médias empresas e à formação de cooperativas e um forte movimento operário com sindicatos muito atuante [...]”*

de “parceria”, o que é contestado por ele, quando afirma que “[a lógica liberal] não consegue envolver os trabalhadores com a qualidade e a produtividade, pois à medida que incentiva o emprego precário (principalmente através da subcontratação), afrouxa os laços institucionais do assalariado com a empresa” (*Idem*). Na concepção de Lipietz, isso implica no desenvolvimento de um sistema misto, combinando práticas neotayloristas com práticas de integração de trabalhadores mais qualificados, participativos e comprometidos com os objetivos da empresa, o que significaria, portanto, que um novo paradigma não está construído.

Coriat, também da Escola da Regulação, já tem uma posição contrária, e sugere que com as mudanças no perfil da demanda, cada vez mais instável e diferenciada, a rigidez do padrão fordista estava cedendo lugar à necessidade de uma maior flexibilidade na produção, o que fez surgir o pós-fordismo que

Rompe com a produção de produtos padronizados e, em grande escala, que se descentraliza com a produção em pequenos lotes, que se flexibiliza através da automação e do uso de diferentes modalidades de contrato de trabalho, que exige um novo patamar de qualidade e produtividade (DRUCK, 2001, p. 84).

É assim que alguns autores explicam a imensa competitividade adquirida pelas empresas japonesas. As inovações no processo de organização do trabalho e da gestão da produção arquitetadas pelo então engenheiro-chefe das fábricas Toyota, Ohno, permitiram que o Japão alcançasse novas bases de produtividade.

No modelo japonês,

A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo. O *just in time* e o *kanban* asseguram o controle de qualidade e o estoque. Aqui um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera uma ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui ainda mais a "porosidade" no trabalho e o desperdício. Diminui, também, a hierarquia no chão de fábrica, já que o "grupo" assume o papel de controle e chefia. Acrescente-se a pressão patronal pelo sindicalismo por empresa - "sindicalismo de envolvimento"- e a pressão do "desemprego para toda a vida", e tem-se o caldo de cultura para a adesão às novas regras (CORIAT, 1994 *apud* BEHRING, *et al.*, 1998, p. 3).

Acrescenta-se às inovações organizacionais, as de caráter tecnológico, muito mais poupadoras de força de trabalho, chamadas novas tecnologias de informação (NTI), que reúnem os avanços das tecnologias de automação microeletrônica integrada à telemática e à cibernética. Elas remontam à Segunda Guerra Mundial e à corrida espacial e até os anos 1960 ainda não faziam parte do

universo fabril:

A partir de 1973-75, a crise econômica mundial acirra a concorrência capitalista e determina a marcha acelerada em direção da automação para abaixar violentamente a estrutura dos custos. O teatro principal dessas transformações foi a indústria militar, menos afetada pela crise devido a seus pedidos serem garantidos pelo Estado (fator de inflação e especulação internacional): as 'novas tecnologias da informação' no campo civil são uma derivação de sua aplicação militar. A lembrança desses fatos elementares se faz necessária para que não se considere o progresso científico e técnico, como se faz comumente, como uma variável independente, portadora de soluções miraculosas para a crise, mas como uma variável dependente do conjunto do sistema econômico e social (KATZ; COGGIOLA, 1996, p. 62).

Conforme Oliveira (1995, p. 166), “[...] *a implantação da tecnologia de informação [foi] o eixo fundante do novo processo produtivo [flexível]*”, cuja flexibilidade seria “[...] *capaz de responder à variabilidade e à complexibilidade crescente de uma demanda criada pela abertura ao mercado internacional*” (OLIVEIRA, 1995, p. 172).

De fato, a incorporação das NTI tem participação fundamental nas transformações ocorridas nas relações de produção. Conforme Harvey (2006, p. 132), “[a mudança tecnológica e organizacional] *representa uma arma [...] para o controle da intensidade de trabalho e para a diminuição do poder dos trabalhadores na produção [...]*”, permitindo que os capitalistas exerçam influência sobre a oferta de força de trabalho e o nível salarial mediante a criação do “*desemprego tecnologicamente induzido*”. Conforme Marx (1984), “[o] *capital ao incorporar novas tecnologias ao processo de produção “condena uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa”*” (MARX, 1984, Livro 1, vol.2, p. 203). Sabe-se que a tendência, com relação à revolução tecnológica, do capital é de reduzir sua dimensão variável (dentre a qual se encontra a força de trabalho) em decorrência do crescimento da sua dimensão constante (investimentos em máquinas, equipamentos, etc.).

Os efeitos desse formato de reestruturação produtiva sobre a força de trabalho desencadearam um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, ou seja, como podemos observar, grande parte do ônus dessas mudanças afeta diretamente o mundo do trabalho.

Observamos em nossos dias mudanças que metamorfoseiam o processo de trabalho, como a flexibilização da produção, que fez surgirem novas formas de elevar a produtividade e de adequar a produção às exigências do mercado e das

finanças via, também, à desproletarização de trabalhadores. Com isso, segundo Antunes (1999),

Presenciam-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase (ANTUNES, 1999, p. 210).

Neto (1998, p. 8) cita em síntese alguns dos resultados destas metamorfoses para os trabalhadores: desemprego crescente, com desregulação do mercado de trabalho e aumento da incerteza; aumento das mulheres na PEA; aumento dos trabalhadores em tempo parcial, com contratos de trabalho não-padronizados e/ou precários; queda da taxa de sindicalização e/ou não-reconhecimento dos sindicatos; expansão do individualismo e declínio da ética da ação coletiva; desemprego juvenil crescente, informalidade e economia subterrânea marginal.

Essas transformações repercutem sobre a consciência de classe dos trabalhadores, atingindo diretamente suas formas de representação cujos sindicatos são a principal expressão. Com a crescente desproletarização de trabalhadores do setor industrial, sobretudo nos países do Norte, e a explosão da precarização do trabalho nos países do Sul instala-se mundialmente uma complexa heterogeneização da classe trabalhadora baseada, principalmente, na ampliação do exército industrial de reserva e pela incorporação, em condições desiguais, do contingente feminino de trabalho. De acordo com Singer (2003, p. 29), “[a] precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”. O capital precisa lançar trabalhadores para a formação de um excedente para com isso promover o aumento da taxa de exploração sem que para isso tenha que aumentar a massa de trabalhadores assalariados, conforme a *lei geral da acumulação do capital*. Isso se configura na histórica estratégia do capital em que sua reestruturação se dá por meio da recomposição do exército de reserva cuja existência garante que as negociações coletivas entre empregados e empregadores se estabeleçam numa correlação de forças cada vez mais desigual. Além disso, a deterioração das condições favoráveis de venda da força de trabalho pelos

processos de precarização e flexibilização das relações entre força de trabalho e capital, e as constantes ameaças de demissão em massa, que muitas vezes tornam-se efetivas, têm colocado os próprios trabalhadores em guerra entre si, e como vimos na sessão anterior, não apenas entre os trabalhadores de um mesmo local ou país, mas também num âmbito mundial.

4. A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NOS PAÍSES DA OCDE

“Do ponto de vista do processo de desenvolvimento capitalista como um todo, parecem condições necessárias à livre mobilidade geográfica da força de trabalho e sua fácil adaptação à circulação inconstante do capital no espaço. Por outro lado, os capitalistas individuais preferem uma força de trabalho estável e confiável, além de oferta cativa de mão de obra.”

(David Harvey).

Este capítulo analisa a reestruturação da força de trabalho em uma escala que corresponde ao conjunto dos países membros da OCDE, considerando o período mais recente do neoliberalismo de 2000 a 2010. O primeiro item do capítulo apresenta um retrato daquilo que chamamos de estrutura da força de trabalho, a qual trata-se, como já explicamos em seções anteriores, da divisão da força de trabalho entre o exército ativo de trabalhadores e as categorias de superpopulação relativa flutuante, latente e estagnante. A ideia aqui não é engessar essas categorias à realidade como esta nos é apresentada, mas tão somente, buscar compreendê-las a partir de sua dimensão, sabendo que elas estão sujeitas a diversas condições.

No segundo item, narramos a relação entre o atual regime de acumulação do capital e a recomposição da superpopulação relativa, buscando demonstrar como os mesmos mecanismos utilizados para a expansão do capital favorecem *pari passu* à formação de um excedente de força de trabalho.

Por fim, no último item, apontamos algumas daquelas que observamos

serem as principais implicações da mundialização da superpopulação relativa sobre a classe trabalhadora, inferindo que ao mesmo tempo que os esforços do capital buscam cortar custos, criam um mercado de trabalho mundial cujos parâmetros de competitividade tendem a ser cada vez mais perversos.

4.1 A REESTRUTURAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NOS PAÍSES DA OCDE

A análise que fazemos aqui com as informações fornecidas pela base de dados da OCDE foi elaborada a partir de critérios simples, mas que respeitam as definições de Marx acerca da superpopulação flutuante, latente e estagnante e do exército ativo de trabalhadores, resultando nas seguintes categorias, que compõem a Tabela 2:

1. Exército ativo de trabalhadores – composto pelos trabalhadores assalariados permanentes, definidos assim pela metodologia da OCDE com base no tipo de contrato de trabalho do emprego principal.
2. Superpopulação relativa flutuante – composta pelos assalariados temporários, também definidos pela metodologia da OCDE com base no tipo de contrato de trabalho do emprego principal, cuja expectativa de duração do trabalho foi menos de 1 ano.
3. Superpopulação relativa latente – formada pelos desempregados. Aqui o conceito de desempregados é o adotado pela OIT, que assim os define: são pessoas entre 15 e 74 anos que estão sem trabalho na semana de referência; estão disponíveis para começar a trabalhar dentro das próximas duas semanas e tem estado ativamente à procura de trabalho nas últimas quatro semanas.
4. Superpopulação relativa estagnante – formada pelos trabalhadores desencorajados que, de acordo com a definição da OCDE, são os indivíduos que

não estão ativamente à procura de um emprego por diversas razões, entre elas: serem considerados velhos demais ou jovens demais por parte dos empregadores, não terem escolaridade necessária, treinamento, habilidade ou experiência, por não haver empregos disponíveis na localidade ou linha de trabalho na qual se adequam, e também por acreditarem que não há emprego disponível.

Como bem sabemos, nem sempre é possível uniformizar a metodologia de apuração de dados pois nem sempre os fenômenos apresentam-se de forma totalmente semelhante, como por exemplo, as formas de gestão estatal da força de trabalho que existe nos diferentes países. Por isso nossa análise possui algumas limitações, principalmente no que se refere a análises macro-comparativas entre países, pois, apesar das séries escolhidas representarem as mais comparáveis no mercado de trabalho nos países da OCDE, há diferenças nas definições, classificações e métodos utilizados para recolher os dados.

No caso dos dados utilizados na categorização da superpopulação relativa latente e estagnante, o total de declarantes destas pesquisas destoa do total de declarantes das demais. Portanto, achamos mais adequado que suas análises sejam feitas à parte para evitarmos conclusões tendenciosas.

Essa forma de agrupar os dados, à medida que inclui os elementos da superpopulação relativa na análise da reestruturação da força de trabalho, permite-nos extrapolar os conceitos de formal e informal, empregado e desempregado, que por muitas vezes tornam simplórias as análises acerca das novas configurações que vem assumindo a organização dos trabalhadores como um todo. Nos termos de Marx (1984, p. 206), é preciso *“abstrair as grandes formas, periodicamente repetidas, que a mudança das fases do ciclo industrial imprime ao trabalhador”*.

Tabela 2 – Estruturação da força de trabalho no conjunto dos países membros da OCDE, segundo categorias da superpopulação relativa (em mil pessoas*), 2000 – 2010

Ano	Ativo	Flutuante	Latente	Estagnante
2000	351.235	45.585	31.898.770	11.555
2001	358.768	45.034	33.383.460	10.676
2002	360.598	46.018	36.652.090	10.030
2003	361.558	46.879	37.857.860	10.887

2004	363.681	47.418	37.205.670	11.217
2005	368.690	50.339	36.025.130	9.280
2006	372.854	52.221	33.323.060	7.859
2007	377.455	53.097	31.017.550	7.916
2008	381.978	52.271	33.159.990	8.031
2009	379.729	50.984	45.342.320	9.348
2010	379.545	51.520	46.695.220	10.270

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

(*) exceto a latente.

É importante deixar claro que as formas existentes da superpopulação relativa estão relacionadas à forma como os trabalhadores se encontram em relação ao processo de acumulação de capital, ou seja, como os trabalhadores “estão”, trata-se de uma situação como a força de trabalho se encontra no mercado de trabalho e que pode ser transitória.

Afirma Harvey (2006, p. 119), que, presumivelmente, a lógica de Marx, aponta para o fato de que à medida que se eleva o grau de desenvolvimento de uma sociedade capitalista, examinada a princípio do ponto de vista de um sistema fechado, *“a acumulação vai se acelerar até serem absorvidos todos os elementos latentes e serem alcançados os limites do crescimento natural da população, [e], então, progressivamente, devem se levar em conta as populações flutuantes como fonte de um exército de reserva industrial.”* De fato, a origem da expansão da população explorável, ainda na acumulação primitiva, segue esse trajeto. Os tempos são outros, no entanto, como veremos a seguir. Os gráficos que serão apresentados mostram que essa primeira mobilização dos elementos latentes parece em contínuo movimento, mesmo já num grau tão elevado do capitalismo, em que o capital já desarticulou quase todas as relações familiares pré-capitalistas. E isso se dá *pari passu* ao aumento do sofrimento do *“trauma do desemprego tecnologicamente controlado”*, mesmo o crescimento natural e o envelhecimento da população não existindo mais de fato como um empecilho à expansão da população trabalhadora explorável.

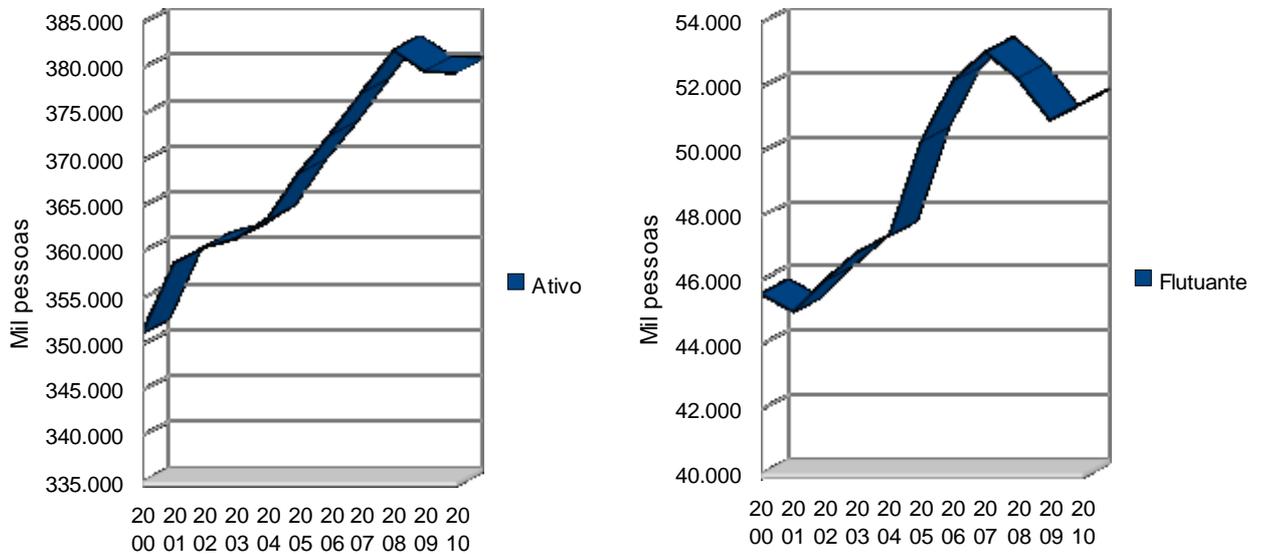
Agora, ocupamo-nos de apresentarmos as análises dispostas da forma como foram possíveis de serem realizadas. Como os espaços amostrais dos dados não são os mesmos para todos, subdividimos nossa análise em três estudos: a) da superpopulação relativa flutuante e o exército ativo de trabalhadores; b) da

superpopulação relativa latente e c) da superpopulação relativa estagnante. Pode ser feita apenas a comparação entre o exército ativo e a superpopulação relativa flutuante, pois a pesquisa de ambos possui o mesmo espaço amostral. Cada um deles desdobra-se em estudos com base no total, mas também com base na segmentação dos dados em faixas etárias (15-24, 25-54, 55-64 e 65 anos ou mais) e com base nos gêneros (homens e mulheres), exceto para a superpopulação latente, cujos dados não contemplam a segmentação baseada em faixas etárias, apenas em gêneros.

a) Da superpopulação relativa flutuante e o exército ativo de trabalhadores

O exército ativo de trabalhadores e a superpopulação relativa flutuante reúnem a parte da força de trabalho que se encontra na condição de assalariada, de modo que, o número de empregados em seu conjunto aumenta com o aumento da superpopulação relativa flutuante. A figura 8 a seguir mostra a evolução dessas duas categorias no período de 2000 a 2010. O número de trabalhadores assalariados cresceu 8,63%, no período, sendo que o crescimento dos que conseguiram entrar no exército ativo foi de 8,06% e o crescimento dos que passaram para a flutuante foi de 13,02%, nestes últimos 10 anos.

Figura 8 – Evolução do Exército Ativo e da Superpopulação Flutuante (2000-2010)



Fonte: OCDE, 2011. Elaboração Nossa.

Conforme Marx (2008, Livro 1, vol. 2, p. 744), quando esse número de trabalhadores, que assumem a forma de superpopulação relativa flutuante cresce, aumenta o número dos empregados, porém, “[...] *em proporção que decresce com o aumento da escala de produção*” (*Idem*).

Vejamos, então, o que aponta nosso estudo de dados com base na Tabela 2. De 2000 a 2001, o exército ativo apresentou um crescimento de 2,14% acompanhado por uma regressão da superpopulação flutuante de 1,21%. Já de 2001 para 2002, fase em que se passa o grande acontecimento que abre o século XXI, a crise das Bolsas, após o ataque ao *World Trade Center*, que foi respondido com novas guerras, o exército ativo dos países membros da OCDE, entre os quais estão os Estados Unidos, reduziu em 0,51%, enquanto a superpopulação flutuante cresce em 2,19%. Nesse caso, presumivelmente, as guerras podem ter tido contribuição nesse processo de ampliação da força de trabalho assalariada atraindo mais trabalhadores flutuantes que expandindo o exército ativo.

A evolução do crescimento anual que se segue a esse período até o período de 2006 para 2007 assume sempre essa mesma configuração, com a superpopulação flutuante apresentando sempre maiores crescimentos anuais que o exército ativo, apesar de este sempre mostrar uma dimensão maior que aquele, mesmo a atração de trabalhadores para a forma flutuante chegando a uma elevação de 6,16% em contrapartida a apenas 1,38% para o exército ativo no ano de 2004

para 2005.

De 2007 para 2008, ressurgiu a configuração do início da década, expansão do exército ativo de 1,2% e contração da superpopulação relativa flutuante de 1,56%, para nos períodos seguintes apresentarem-se assim: o exército ativo regredindo discretamente em 0,59% e a superpopulação relativa flutuante contraída em 2,46%, no período de 2008 para 2009. Por fim, no período seguinte, de 2009 para 2010, o exército ativo permanece com uma discreta regressão de 0,05%, enquanto a superpopulação flutuante torna a crescer em 1,05%.

Consideremos agora a divisão dessas categorias por faixa etária (Tabela 3), considerando as pessoas em idade de trabalho a partir dos 15 anos de idade, como nos oferece a disposição de dados da OCDE.

Tabela 3 – Composição do Exército Ativo e da Superpopulação Relativa Flutuante, por faixas etárias (2000-2010)

Faixa Etária	Exército Ativo (mil pessoas)				Flutuante (mil pessoas)				TOTAL
	15-24	25-54	55-64	65 ≥	15-24	25-54	55-64	65 ≥	
2000	45.727	267.850	32.360	5.298	14.716	26.503	3.165	1.201	396.820
2001	46.381	273.158	33.684	5.545	14.153	26.515	3.201	1.166	403.803
2002	45.897	274.161	34.913	5.625	14.149	27.280	3.378	1.211	406.614
2003	45.369	274.073	36.392	5.723	14.123	27.979	3.552	1.225	408.436
2004	45.083	275.118	37.746	5.734	14.211	28.299	3.710	1.199	411.100
2005	43.677	276.236	42.182	6.595	14.735	30.192	4.080	1.333	419.030
2006	43.860	278.687	43.502	6.805	15.040	31.432	4.276	1.473	425.075
2007	44.018	281.359	44.924	7.154	15.176	31.863	4.465	1.594	430.553
2008	44.200	284.349	45.994	7.436	14.851	31.266	4.495	1.658	434.249
2009	42.729	282.859	46.553	7.588	14.191	30.280	4.628	1.886	430.714

2010	41.774	282.664	47.317	7.790	14228	30.638	4.788	1.866	431.065
-------------	--------	---------	--------	-------	-------	--------	-------	-------	---------

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

Na Tabela 3 temos a força de trabalho dividida entre as faixas etárias 15-24, 25-54, 55-64 e 65+. Ela nos mostra que a grande maioria dos que estão compondo a parte assalariada da força de trabalho pertencem à faixa etária de pessoas com idade entre 25 e 54 anos. No entanto, nesses últimos 10 anos, a participação de pessoas que compõem as faixas de 55-64 e 65+ foi a que mais cresceu, tanto na composição do exército ativo, quanto da superpopulação flutuante. A participação dos trabalhadores que possuem idade entre 55 e 64 anos cresceu em 46,22% no exército ativo e a dos trabalhadores com 65 anos ou mais elevou-se em 47,04%. Na superpopulação relativa flutuante esse crescimento da participação das faixas etárias de 55-64 e 65+ foi ainda maior, apresentando-se em 51,28% e 55,37%, respectivamente.

A participação de jovens entre 15 e 24 anos regrediu, tanto no exército ativo, quanto na camada flutuante, numa queda de 8,64% no exército ativo e 3,32% na superpopulação flutuante. Quanto à faixa etária que consiste a de maior participação na força de trabalho assalariada (25-54 anos), houve incremento tanto para o exército ativo, quanto para a superpopulação flutuante, de 5,53% e 15,6%, respectivamente.

Sabe-se que a situação dos trabalhadores com idades próximas para a aposentadoria mudou bastante, nessa última década. Entre os países membros da OCDE, muitas medidas foram adotadas neste sentido, como por exemplo: aumento da idade de aposentadoria; redução do teto de contribuição e de benefício; incentivos aos planos privados voluntários pessoais ou ocupacionais; constituição de reservas em fundos públicos; homogeneização de regras ou unificação dos regimes dos trabalhadores dos setores público e privado, etc. (OIT, 2007). Tais mudanças abrem margem para a postergação da aposentadoria e contribuem, portanto, no crescimento da participação desses trabalhadores no mercado de trabalho.

Esta configuração, apresenta-se como contra-medida em relação àquelas dos moldes do *Welfare State* em que com a antecipação da aposentadoria pretendia-se abrir vagas de trabalho aos mais jovens, mas o que de fato produziu foi uma deterioração das finanças dos sistemas previdenciários. O caso da Europa hoje

aponta para um desequilíbrio entre trabalhadores e pensionistas, o motivo noticiado pela revista *The Economist*, em artigo publicado dia 25 de setembro de 2003 é que a expectativa de vida começou a aumentar rapidamente na segunda metade do século 20 e a fertilidade começou a declinar na década de 1970. A razão para a queda nas taxas de natalidade na Europa pode já ter algo a ver com a escolha forçada de muitas mulheres jovens: iniciar uma carreira e adiar a maternidade até muito mais tarde na vida ou ter filhos, mas deixar escapar a chance de competir no mercado de trabalho.

De fato, também no caso em que a comparação dos dados com relação à força de trabalho é feita entre homens e mulheres (Tabela 4), as proporções entre uma categoria e outra sofrem alterações. Durante estes onze anos, o peso maior na composição do exército ativo e da camada flutuante é dado aos homens. Em todo o período, no entanto, a diferença percentual entre a participação de homens e mulheres chega a ser no máximo de 12,75% no exército ativo, e de no máximo 7,37% na camada flutuante, ambas diferenças máximas ocorrem no ano de 2000, sendo que os homens apresentam-se sempre como a maioria. Porém, a participação das mulheres em ambas categorias foi a que apresentou maior aumento nesse período de 2000 a 2010, apresentando-se uma expansão de 12% no exército ativo e 17,22% na flutuante, contra 5,01% e 9,39%, respectivamente, para os homens.

Tabela 4 – Composição do Exército Ativo e da Superpopulação Relativa Flutuante, sob gênero (2000-2010)

	Exército Ativo (mil pessoas)		Flutuante (mil pessoas)		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
2000	198005	153230	24473	21113	396821
2001	201441	157327	23959	21076	403803
2002	201619	158978	24249	21770	406616
2003	201447	160111	24828	22051	408437
2004	202125	161556	24776	22642	411099
2005	204464	164226	26515	23824	419029
2006	206472	166382	27492	24729	425075
2007	208846	168609	27933	25165	430553
2008	210894	171084	27263	25007	434248

2009	208550	171179	26156	24828	430713
2010	207933	171613	26772	24749	431067

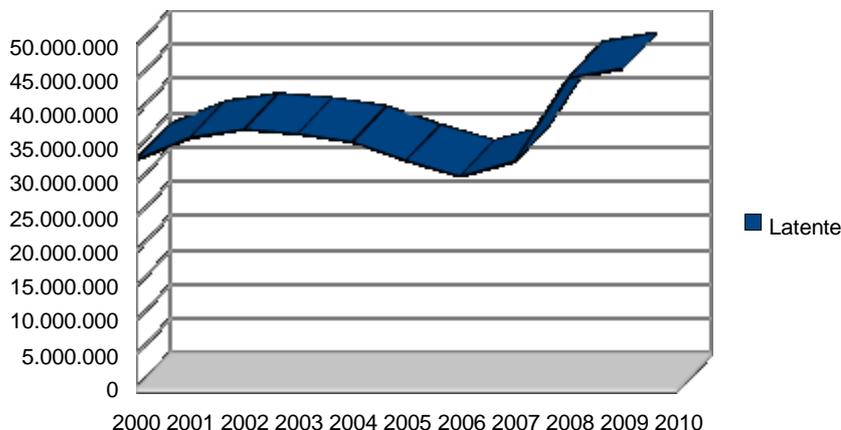
Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

b) Da superpopulação relativa latente

Conforme Marx (2008, Livro 1, vol.2, p. 746), “a *dimensão* [da superpopulação relativa latente] só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem”, e uma dessas comportas é a penetração das relações capitalistas de propriedade, como ocorre na China. A figura 9, a seguir, aponta sua evolução, no período de 2000 a 2010, em que esta camada se apresenta em patamares elevados, desde o início da década, e mostra um crescimento vertiginoso a partir do período de 2007 – 2008.

A expansão desse seguimento da superpopulação relativa foi de 46,36%, considerando o período de onze anos, em que a superpopulação latente passa de 31.898.770 em 2000 para 46.695.220 em 2010. De 2000 para 2001, a variação foi de 4,65%, seguido por um percentual de 9,79% no período de 2001 para 2002. Já de 2002 para 2003, o aumento volta para um percentual menor, 3,29%, sendo que a partir de 2004, passa a haver uma diminuição até o período de 2006 para 2007, quando a diminuição dessa camada apresenta-se no patamar de 6,92%. Todavia, nos anos seguintes, a superpopulação relativa latente volta a retomar sua tendência crescente, e passa de uma superpopulação de 33.159.990 no ano de 2008 para uma superpopulação de 46.695.220 em 2010, o que representa uma expansão de 40,82% em apenas três anos.

Figura 9 – Evolução da superpopulação Relativa Latente (2000-2010)



Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

As demissões decorrentes da crise que estourou em 2008, principalmente nos EUA e na Europa, podem ter acentuado o crescimento do desemprego, além do mais, com a dificuldade das nações desenvolvidas, os cortes de benefícios sociais decretados obrigaram muitas pessoas a vender sua força de trabalho para viver. Entretanto, sem um vislumbamento acerca de uma retomada do crescimento econômico, a tendência é que uma grande massa de trabalhadores tenham suas expectativas contidas em relação a uma oportunidade no mercado de trabalho, o que pode vir a explicar o crescimento da participação dos chamados empregos vulneráveis no mundo, compostos por trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria (Anexo A).

Vejamos a composição da superpopulação relativa latente com relação à sua subdivisão entre homens e mulheres (Tabela 5).

Observamos que a participação dos homens neste conjunto teve um aumento de aproximadamente 55% no período considerado, enquanto a participação das mulheres cresceu somente cerca de 34%. A diferença percentual máxima entre as participações de homens e mulheres é de 16,35% a qual ocorreu no ano de 2009 e a diferença mínima é de 7,21% ocorrida em 2000, de modo que, podemos considerar que há prevalência de homens na superpopulação relativa latente, assim como ocorreu no exército ativo e na superpopulação relativa flutuante.

Tabela 5 – Composição da Superpopulação Relativa Latente, sob gênero (2000-2010)

Superpopulação Relativa Latente		
Homens	Mulheres	TOTAL

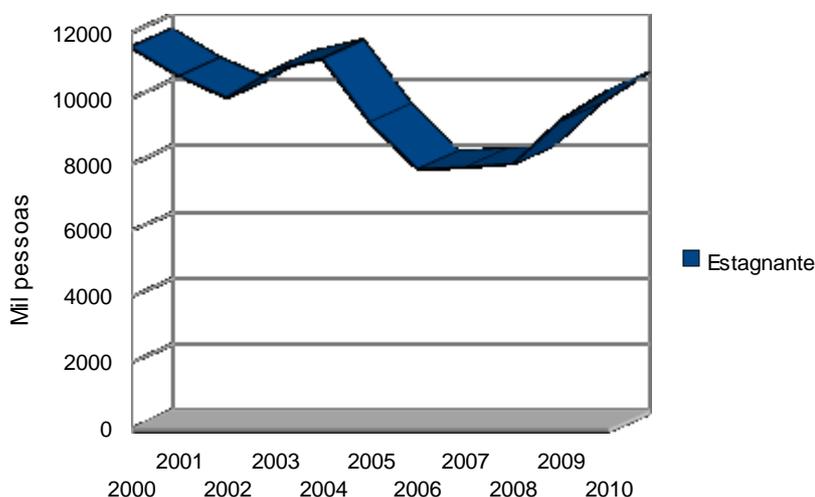
2000	17.192.200	14.880.220	32.072.420
2001	18.246.360	15.139.970	33.386.330
2002	20.277.760	16.373.490	36.651.250
2003	20.989.220	16.866.900	37.856.120
2004	20.419.370	16.787.940	37.207.310
2005	19.555.460	16.466.650	36.022.110
2006	17.999.230	15.323.350	33.322.580
2007	16.832.080	14.186.660	31.018.740
2008	18.363.660	14.798.890	33.162.550
2009	26.377.950	18.965.560	45.343.510
2010	26.744.210	19.952.310	46.696.520

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

c) Da superpopulação relativa estagnante

Chegamos, enfim, à superpopulação relativa estagnante, camada da superpopulação relativa considerada por Marx como um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível, todavia, composta por aqueles que tornam-se “supérfluos” para o trabalho produtivo. Ela se amplia “à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número [desses] trabalhadores *supérfluos*” (Marx, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 747).

Com base na figura 10 a seguir observa-se que de 2000 para 2007, a evolução da superpopulação relativa estagnante apresentou-se em fases intermitentes bianuais de contração e expansão. De 2000 para 2001 houve uma contração de 7,61%; de 2001 para 2002 ocorreu também uma contração de 6%. Os dois períodos seguintes apresentam expansão de 8,54%, de 2002 para 2003 e de 3% de 2003 para 2004, seguida agora por mais duas fases seguidas de contração, que chegou a 17,27% no período 2004-2005 e 15,31% de 2005 para 2006. A partir de 2007, ela passa a se apresentar apenas em expansão, sendo que no período de 2008 para 2009 expandiu-se em 16,4%, seu maior crescimento anual, e fecha o período em 2010 com um crescimento anual de aproximadamente 10%. Contudo, a figura 10 aponta para uma retração dessa camada da superpopulação relativa, que no período de 2000 a 2010 foi de cerca de 11%.

Figura 10 – Evolução da Superpopulação Relativa Estagnante (2000-2010)

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

Essa diminuição da forma estagnante da superpopulação relativa nos permite supor que muitos dos trabalhadores que haviam deixado de procurar emprego passaram a se submeter a outras formas de ocupação, podendo ter se submetido a serviços sem vínculos ou contratos precários e/ou temporários. Isso explicaria, portanto, a queda no crescimento dessa camada da força de trabalho, aquela cujo desemprego tem a característica de ser de longa duração.

Analisando agora a superpopulação estagnante considerando as diferentes faixas etárias da tabela 6 adiante, verificamos que a maior parte da superpopulação relativa estagnante é composta por pessoas que possuem entre 25 e 54 anos de idade. Mas a faixa etária que vem crescendo bastante na sua participação é a de jovens entre 15 e 24 anos, com uma expansão de 96,38%, seguida pela faixa etária de 55-64 anos que aumentou em aproximadamente 13%. A participação de pessoas com 65 anos ou mais foi que mais caiu durante esses últimos 11 anos, apresentando uma queda de 68,86%. A faixa etária de 25-54 anos também apresentou uma queda na participação de 7,72%, considerando o mesmo período.

Tabela 6 – Composição da Superpopulação Relativa Estagnante, sob faixas etárias (2000-2010)

Superpopulação Relativa Estagnante

Faixa Etária	15-24	25-54	55-64	65 ≥	TOTAL
2000	470.000	8.027.000	1.205.000	1.853.000	11.555.000
2001	1.269.000	8.064.000	986.000	356.000	10.675.000
2002	1.278.000	7.294.000	1.020.000	436.000	10.028.000
2003	1.544.000	7.511.000	1.161.000	669.000	10.885.000
2004	1.711.000	7.503.000	1.194.000	808.000	11.216.000
2005	838.000	6.821.000	1.032.000	589.000	9.280.000
2006	658.000	5.890.000	1.045.000	267.000	7.860.000
2007	775.000	5.993.000	888.000	259.000	7.915.000
2008	859.000	5.947.000	956.000	268.000	8.030.000
2009	885.000	7.033.000	1.150.000	278.000	9.346.000
2010	923.000	7.407.000	1.362.000	577.000	10.269.000

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

A divisão da superpopulação estagnante entre homens e mulheres está retratada na Tabela 7, a qual mostra que, em todos os anos da série considerada, as mulheres representam mais de 65% da superpopulação relativa estagnante. As mulheres que deixaram de procurar emprego certamente tem entre outros motivos ligados às condições favoráveis ou não do mercado de trabalho o fato de terem que fazer aquela escolha apontada anteriormente: entre ser mãe ou poder entrar no mercado de trabalho. Isso também explicaria o fato de elas se concentrarem nessa camada da superpopulação relativa. Todavia, tanto a participação masculina quanto feminina nessa camada apresentam-se em queda, considerando esse período de 11 anos, chegando a 15,61% para a participação dos homens e quase 9% de queda na participação de mulheres.

Tabela 7 – Configuração da Superpopulação Relativa Estagnante, sob gênero (2000-2010)

Superpopulação Relativa Estagnante			
Ano	Homens	Mulheres	TOTAL
2000	3.934.000	7.621.000	11.555.000
2001	3.557.000	7.119.000	10.676.000
2002	3.180.000	6.850.000	10.030.000
2003	3.636.000	7.252.000	10.888.000
2004	3.905.000	7.312.000	11.217.000
2005	3.022.000	6.258.000	9.280.000
2006	2.263.000	5.597.000	7.860.000
2007	2.410.000	5.507.000	7.917.000
2008	2.414.000	5.617.000	8.031.000
2009	2.988.000	6.360.000	9.348.000
2010	3.320.000	6.949.000	10.269.000

Fonte: OCDE, 2011. Elaboração nossa.

4.2 A RELAÇÃO ENTRE A RESTAURAÇÃO DO CAPITAL E A EXPANSÃO DA SUPERPOPLAÇÃO RELATIVA

O quadro de situações representadas no item anterior parece nos mostrar uma crise “do” mercado de trabalho, fenômeno que, segundo Gimenez (2001, p. 60), “*expressa-se pelo crescente desemprego e pela precarização das relações e condições de trabalho, os quais se desenrolam no surgimento de novas ocupações e de novos parâmetros da relação capital-trabalho*”, sem contar com o acirramento da concorrência entre os trabalhadores e a exploração desenfreada. Neste item, buscaremos mostrar o papel da restauração capitalista no aumento da superpopulação relativa e, portanto, mostrar o que está por trás dessa crise “no” mercado de trabalho. Para isso, precisamos retomar à questão posta por Marx sobre as mudanças qualitativas da composição do capital, que seguem no sentido de “*constante acréscimo de sua parte constante à custa da parte variável*” (Marx, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 732) e entender a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*.

O processo de trabalho constitui o momento da acumulação capitalista em que o capital sai de sua forma dinheiro para se materializar em meios de produção e força de trabalho e ao interagirem se transformam em mercadorias. Nesse momento o capital irá compor-se sob dois aspectos: primeiro, composição do capital segundo

o valor, a qual corresponde à proporção em que o capitalista irá dividir seu capital inicial entre a compra de meios de produção e a compra de força de trabalho, em que o valor destinado à compra de meios de produção corresponde ao que chamamos de capital constante e em que o valor destinado à compra de força de trabalho corresponde ao que se chama capital variável. Segundo, composição técnica do capital, a qual se dá sob o ponto de vista da matéria, pois o capital aqui se decompõe e se materializa em uma massa de meios de produção e em uma quantidade de trabalho vivo necessário para por em funcionamento esse volume de meios de produção. Nesse ponto, Marx observa que existe uma relação entre estas duas formas de composição do capital porque, dependendo da quantidade de trabalho vivo necessário (não de trabalhadores) para empregar dado volume de meios de produção, o capitalista pode ter de decidir por combinar mais capital constante com menos capital variável ou pelo contrário, menos capital constante e mais capital variável. Qualquer alteração do valor em que o capitalista divide seu capital entre constante e variável se reflete em modificações da composição técnica do capital, ou seja, da quantidade de trabalho vivo necessário para empregar determinada massa de meios de produção. Porém, sabemos que com a ajuda dos avanços tecnológicos¹⁴, a acumulação capitalista busca empregar um volume cada vez maior de meios de produção com uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, com um tempo de produção cada vez menor. Se a composição orgânica do capital não sofresse alterações, a procura por força de trabalho aumentaria com a acumulação. Vejamos a demonstração de Marx do capítulo XXIII, do Livro 1, vol. 2 de O Capital. Considerando a hipótese de que não se modifique a composição orgânica do capital, ele diz “*a procura de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores aumentarão, evidentemente, na mesma proporção do capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rápido for o crescimento do capital*” (MARX, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 716). Isso é possível porque

O capital produz anualmente mais-valia, parte da qual se agrega todo ano ao capital original; esse acréscimo aumenta todo ano com o crescimento do capital que já está em funcionamento; além disso, a escala da acumulação pode ser ampliada, alterando-se apenas a repartição da mais-valia ou do produto excedente em capital e renda [...]. Esses fatores podem fazer as necessidades de acumulação do capital ultrapassarem o crescimento da

força de trabalho ou do número de trabalhadores, a procura de trabalhadores ser maior que a oferta, ocasionando assim a elevação dos salários (MARX, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 716).

De um modo mais fácil: sob a hipótese de que dada massa de meios de produção irá necessitar sempre de uma mesma quantidade de trabalho, à medida que o capitalista reinveste capital a fim de obter um lucro maior, ele irá por em movimento um volume de meios de produção maior a cada ano. Com essa expansão, chegará um dado momento em que a oferta de trabalhadores não irá acompanhar a demanda ocasionando uma elevação dos salários. Todavia, com a elevação dos salários

[os trabalhadores] recebem, sob a forma de meios de pagamento, uma porção importante do seu próprio produto excedente, que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis etc. E formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupas, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado (*Ibdem*, p. 720).

Isso nos remete ao fato de que o salário pertence à categoria de mediação, pois forja uma aparência de não-contradição, ele tem a função de mascarar o fato de que no capitalismo sempre vai existir trabalho não-pago, de que na mercadoria contém mais trabalho que o capitalista paga sob a forma de salários. “[...] *um acréscimo salarial significa, na melhor hipótese, apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. Essa redução, [entretanto], nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema*” (*Ibdem*, p. 722). Portanto,

As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que se conservam e se reproduzem os assalariados em nada modificam o caráter fundamental da produção capitalista. A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: capitalista de um lado e assalariado do outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro (*Ibdem*, p. 716).

Concluindo a análise do pressuposto apresentado, uma elevação do preço do trabalho, oriunda da acumulação do capital, leva a duas alternativas: ou o preço do trabalho continua a elevar-se, por não perturbar o progresso da acumulação, devido ao fato de que “*mesmo com lucros reduzidos, os capitais aumentam, podendo crescer com maior velocidade que antes*” (SMITH *apud* MARX,

Livro 1, vol. 2, 2008, p. 722), e também porque esse aumento de salário corresponde apenas a uma redução do trabalho gratuito; ou a acumulação retarda-se em virtude de elevar-se o preço do trabalho. Então com a diminuição da acumulação, a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável, que provocou a alta nos salários, desfaz-se. Assim, “*o preço do trabalho volta de novo a um nível que corresponde às necessidades de expansão do capital*” (*Ibidem*, p. 723). Desse modo, o mecanismo de acumulação remove os obstáculos que ele mesmo cria. Nós veremos mais adiante isso com mais detalhes quando analisarmos os fatores contrários a Lei Geral apresentados por Marx no Capítulo XIV do Livro 3, vol. 4 de O Capital. Então, assim se expressa o significado da Lei da Acumulação Capitalista:

[Esta lei] na realidade significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 724).

Ou seja, é preciso entendermos aqui que, todas as vezes que o capital necessita de se reestruturar, ele o faz com base na redução dos custos da força de trabalho. Esta também é a conclusão a que se chega ao se fazer essa mesma análise mas considerando as modificações na composição orgânica do capital.

Nós sabemos que a base do sistema capitalista é a concorrência, e esta, entre os capitalistas, dá-se através dos preços de produção. Para que o capitalista possa reduzir seu preço de produção é necessário que o tempo de produção caia, ou seja, que o grau de produtividade do trabalho o qual se expressa no “[...] *volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho*” (MARX, 2008, Livro 1, vol.2, p. 725) se eleve. O avanço tecnológico e a massa dos meios de produção concentrados constituem condição para a produtividade crescente do trabalho. Consequentemente, haverá um aumento da massa de meios de produção no processo de trabalho. Essa mudança na composição técnica do capital, aumento da massa de meios de produção e diminuição da quantidade de trabalho vivo necessário para empregá-la, reflete-se na composição do valor do capital, pois requer um aumento no valor dispendido com capital constante e uma diminuição do valor dispendido com capital variável.

A grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho.

O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento [...] (MARX, Livro 1, vol. 2, 2008, p. 726).

No processo de acumulação, tende-se a aumentar a aplicação de capital constante em relação ao capital variável, pois com a crescente produtividade, necessita-se de cada vez menos trabalho e conseqüentemente de menos trabalhadores. Esse crescente aumento de capital constante à custa de capital variável é o que chamamos de aumento na composição orgânica do capital. Esse aumento, por sua vez, é o que permite a geração de mais-valia relativa, a qual consiste no aumento da quantidade de trabalho não-pago em relação à quantidade de trabalho pago, num tempo dado, com o aumento da produtividade. Isso expulsa trabalho vivo do processo produtivo. Conforme Marx,

[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa [e] acelera a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, Livro 1, vol. 2, 1984, p. 203).

O mercado de trabalho, ou seja, a oferta e a demanda por trabalho sofre influência proporcional ao tamanho e à consolidação de uma superpopulação relativa, cuja dimensão depende da produção de um exército de reserva, o qual deve ser relativamente de maior proporção que o exército ativo, pois é o que rege a concorrência entre os trabalhadores numa condição adequada ao progresso da acumulação.

Não devemos esquecer que o aumento do grau de exploração dos trabalhadores, assim como a redução dos salários, promovida pela existência de uma superpopulação relativa compõem todos juntos as duas faces de uma mesma moeda, porque como nos mostrou Marx no Livro 3, vol. 4, especificamente no capítulo XIV, eles se configuram tanto como fatores adversos como sustentadores da acumulação, pois *“muitos fatores que intensificam o trabalho implicam aumento do capital constante em relação ao variável, por conseguinte, queda da taxa de lucro”* (MARX, Livro 3, vol. 4, 2008, p. 307). Essa queda da taxa geral de lucro é dada como tendência, justamente por existirem alguns fatores que *“estorvam e anulam o efeito da lei geral [da queda da taxa de lucro]”* (*Idem*). São eles: aumento do grau de exploração do trabalho; redução dos salários; baixa de preço dos elementos do

capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior e aumento do capital em ações. Vamos concentrar nossa atenção no aumento do grau de exploração do trabalho, na superpopulação relativa, no comércio exterior e no aumento do capital em ações.

O prolongamento da jornada de trabalho faz aumentar a massa do trabalho excedente extraído, sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho aplicada e o capital constante por ela posto em movimento. A intensificação do trabalho, entretanto, pode ser associada também a um valor maior de capital constante em detrimento do capital variável, e nisto consiste “*todo o mistério da tendência à baixa da taxa de lucro*” (*Idem*, p. 308), pois à medida que o mecanismo de se produzir mais-valia relativa permite empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado, a massa de mais-valia diminui. Objetivamente, o aumento do grau de exploração do trabalho,

Embora não derogue a lei geral, faz que ela opere mais como tendência, isto é, como lei cuja efetivação absoluta é detida, retardada, enfraquecida pela ação de circunstâncias opostas. Mas as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia concorrem para diminuir a força de trabalho aplicada por capital dado, e, assim, essas mesmas causas contribuem para diminuir a taxa de lucro e para retardar essa diminuição (MARX, livro 3, vol. 4, 2008, p. 310).

A expansão da superpopulação relativa, muitas vezes, liberada pela predominância do capital constante, em alguns ramos de produção, barateando a força de trabalho e tornando abundantes os trabalhadores desempregados ou liberados, representa justamente a aceleração do desenvolvimento da produtividade do trabalho, a qual se expressa no decréscimo da taxa de lucro. Porém, surgem sempre novas indústrias que se baseiam justamente nessa superpopulação relativa, em que “*o capital variável representa proporção considerável de todo o capital e o salário é inferior à média*” (MARX, Livro 3, vol. 4, 2008, p. 312). Isso permite obter uma taxa e uma massa de mais-valia extremamente altas. Temos como exemplo hoje, as indústrias de tecnologia na China, que além de dispor de força de trabalho abundante, possuem uma gestão estatal da força de trabalho que possibilita ser um dos países com os menores salários diretos.

O comércio exterior favorece o barateamento dos fatores do capital constante e dos “meios de subsistência necessários em que se converte o capital” (*Idem*, p. 313), os quais contribuem para elevar a taxa de lucro. Mas também, ao

acelerar a acumulação, permite que o capital variável decresça em relação ao constante, e como já sabemos, isso reflete numa queda da taxa de lucro. No entanto, por um lado, isso não suprime a lei, apenas atenua seus efeitos, pois, por exemplo,

Capitais empregados em comércio exterior podem conseguir taxa mais alta de lucro, antes de mais nada, porque enfrentam a concorrência de mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima do valor, embora sejam mais baratas que as dos países competidores. Na medida em que o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de peso específico superior, aumenta a taxa de lucro, pois trabalho que não é pago como de nível superior, como tal é vendido. Essa situação pode funcionar em relação ao país para onde se exportam e donde se importam mercadorias, dando ele, em produtos, mais trabalho materializado do que recebe e, apesar disso, recebendo mercadoria a preço mais barato do que poderia produzi-la (MARX, Livro 3, vol. 4, 2008, p. 313).

Pois tudo isso permite que haja uma recomposição da desigualdade entre as composições do capital. Por outro, o comércio exterior gera superprodução em relação ao mercado externo, produzindo, assim, com o passar do tempo, efeito de queda da taxa geral de lucro.

Por fim, o aumento do capital em ações. Segundo Marx (Livro 3, vol. 4, 2008, p. 316), “*com o progresso da produção capitalista, que está aliada à acumulação acelerada, parte do capital é contabilizada e empregada apenas como capital que dá um rendimento, ou seja, um juro*”, não no sentido de capital usurário, mas daquele que fornece os chamados dividendos, ou seja, o aumento do capital em ações não significa aumento do capital imobilizado propriamente, mas de capital que vive de rendimento, e o que temos hoje é exatamente a expansão do capital na forma de capital fictício, as ações se valorizam sem que haja aumento no investimento e ou na produtividade. Ele não entra no “*nivelamento da taxa geral de lucro, uma vez que fornecem taxa menor que a taxa média de lucro, se entrasse faria esta cair muito mais*” (MARX, Livro 3, vol. 4, 2008, p. 316), pois como o aumento do capital em ações não representa aumento do capital imobilizado mas daqueles capitais que dependem de rendimentos, se todo esse capital dirigido às ações fosse transformado em novos investimentos, em capital constante, acabaria por elevar a composição orgânica do capital e baixar a taxa média de lucro.

Todos esses fatores apontam para uma grande contradição do capital que é justamente o fato de que o aumento da produtividade, meio pelo qual se

estabelece a concorrência, promove a queda da taxa de lucro. E atualmente, dentre esses fatores de contra-tendência à queda, o que ganha destaque é a concorrência criada pelo capital entre os trabalhadores por um número insuficiente de empregos com baixos salários, os quais se mantêm mediante a consolidação de uma superpopulação relativa. Graças, principalmente, à formação dessa superpopulação o capital tem encontrado respostas para contrariar a baixa da taxa de lucro. Sabemos que os esforços para isso são contínuos e que o sucesso está geralmente circunscrito a setores capitalistas determinados. Segundo Chesnais (2006), a mundialização do capital o permite se impor como uma potência autônoma sobre a força de trabalho vivo, enquanto exerce em toda a plenitude a sua capacidade de meio que permite a apropriação de trabalho não pago. Desse modo, é que

[Na mundialização atual], o valor em processo materializado pelo capital é essa potência porque se opõe ao operário enquanto propriedade de outrem [...]. Mundializando a superpopulação relativa, por intermédio da liberdade de estabelecimento, as deslocalizações/relocalizações e a liberalização das trocas, é como um bloco que o capital opõe essa potência aos trabalhadores. A concorrência a que os capitais individuais se entregam entre si faz-se sobre a base desta dominação comum (CHESNAIS, 2006, p. 3).

As fases de recuperação do capital centram-se sobre o trabalho produtor de mais-valia em todos seus níveis de complexidade e de qualificação, que na atual situação estabelece uma concorrência entre os trabalhadores sob disparidades muito acentuadas de níveis salariais, estilos de vida e gestão estatal da força de trabalho. Chesnais (2006, p. 5) ressalta que a colocação em concorrência direta entre os trabalhadores do mundo inteiro obedece à lei do valor, a qual segundo Carcanholo (2011),

Como qualquer categoria da dialética marxista, não se refere a algo dado, a algo que possa ser definido de uma vez para sempre. O valor é, na verdade, um processo de desenvolvimento que, como qualquer outro, possui seu nascimento, desenvolvimento, maturidade, velhice ou senilidade e morte. Se for mais fácil de entender-se, o valor é algo que está em permanente processo de desenvolvimento. Este processo é, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das relações sociais mercantis no seio da humanidade. Como está em permanente desenvolvimento, o que ele é hoje deixará de ser amanhã e é diferente do que foi ontem, como qualquer ser orgânico, inorgânico ou social. Por isso, defini-lo de alguma forma é uma completa insensatez (CARCANHOLO, 2011, p.8).

Chesnais nos mostra que há uma seleção com base em quais os trabalhadores serão colocados em concorrência. Para o autor são estes os requisitos:

Tenham uma produtividade do trabalho sensivelmente comparável, o que é desde logo o caso nos ramos de produção tecnologicamente mais simples, mas tende a sê-lo também rapidamente num número crescente de indústrias [e] estejam sujeitos a relações políticas e sociais internas que permitam às empresas investidoras pagar-lhes, variando de país para país, salários 5, 10 ou 30 vezes inferiores aos dos países onde elas estão sediadas, assim como negar-lhes as despesas de proteção social (salário indireto) a que elas estão obrigadas nas economias de origem (CHESNAIS, 2006, p. 5).

Essencialmente, com níveis de produtividade convergentes, busca-se a reestruturação industrial sem contrariar a possibilidade de maximização do valor para o acionista, ou seja, baixar o valor empregado em capital variável e manter a produtividade do trabalho ao nível necessário são as condições para a valorização e reprodução do capital em geral dominado hoje por sua forma fictícia.

4.3 AS IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Vimos no item anterior os aspectos do aumento da superpopulação que se relacionam à restauração do capital, neste espaço veremos como a recomposição de uma superpopulação relativamente supérflua ao capital repercute sobre a vida da classe trabalhadora, não somente ao que diz respeito à vida enquanto classe, mas, sobretudo, ao que se refere à vida dos que a compõe. São muitos os desdobramentos da expansão da superpopulação relativa sobre os trabalhadores, pois como já sabemos a expansão da superpopulação relativa é um meio pelo qual se pode obter um aumento da exploração do trabalhador, enquanto os salários são reduzidos, e isto tem vários reflexos sobre a vida dos que compõem esta classe.

Cada vez mais trabalhadores, homens e mulheres, jovens ou não encontram menos empregos, e se ao total considerarmos os dados da China e da Índia os números tornam-se ainda maiores. De acordo com Antunes (2008, p. 2), estes esparramam-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala mundial, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil.

Atingido pelas várias facetas das crises, o setor produtivo do capital sofreu mudanças nas últimas décadas com a reestruturação produtiva, e a classe trabalhadora é um espelho de todas elas quando se observa sua recomposição em termos de superpopulação relativa resultante de um processo onde, por um lado, há retração do operariado industrial de base tayloriana-fordista e, por outro, a ampliação, segundo a lógica da flexibilização, das trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, dos *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, dos digitadores que trabalham e se lesionam nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores dos hipermercados, etc [ANTUNES, 2008].

Essas formas que podem compor as superpopulações flutuante, latente e estagnante apresentam-se em expansão tanto nos países do Sul, quanto nos países do Norte, e cresce consideravelmente o número de pessoas que trabalham cada vez mais para ganhar cada vez menos. Segundo Husson (2007, p. 2), “os empregos de babás e de empregados domésticos aumentaram em mais de 80% entre 1990 e 2002”, esse tipo de “reservatório de empregos” como sabemos, geralmente, estão ligados à salários baixos, mas não somente a ele, pois a amplitude das baixas remunerações acentua-se cada vez mais em grande parte das ocupações assalariadas ou não, os assalariados cujo contrato é de duração determinada são também um dos principais alvos da baixa remuneração. Ainda conforme Husson (2007, p. 2), as reformas nas legislações trabalhistas, principalmente no que se refere à previdência social, agravam essa situação. Uma reforma pleiteada já há algum tempo pela Comissão Europeia e a OCDE, por exemplo, é a redução das contribuições sociais sobre os trabalhadores que recebam salários baixos, em contrapartida eles disporiam de uma “rede de segurança” sob responsabilidade do poder público. O intuito aqui seria o de “*conciliar a exigência de um salário justo e a de um custo do trabalho competitivo*”, contudo, sob o impacto dessa medida, o que vem ocorrendo nos países onde essa reforma foi adotada é uma degradação salarial, e efeitos sobre o número de postos de trabalho criados pouco visíveis, mesmo com os custos da unidade da força de trabalho apresentando baixo crescimento anual em vários países (Anexo B).

Em muitos países, durante os últimos anos, no plano da jornada de trabalho, os trabalhadores em tempo integral tem seu cotidiano moldado por uma

ampla jornada que vai além de 40 horas semanais (Anexo C), apesar de que, de 2000 para 2010, a grande maioria dos países membros da OCDE apresentaram uma redução na jornada de trabalho, sendo as maiores quedas alcançadas pela República Checa, Islândia, Irlanda e Coreia, em todos eles o número de horas semanais trabalhadas ultrapassam 40 horas, somente com a exceção da Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia. Os países que apresentam a maior jornada de trabalho semanal são a Coreia, Turquia e México, a jornada de trabalho semanal está em 49, 2, 53,2 e 49,2 horas de trabalho respectivamente, considerando o ano de 2010.

A jornada de trabalho prolongada é tomada com um fator que vai de encontro aos interesses de novas criações de emprego, mas a diminuição desta acompanhada de redução dos salários, também não pode ser considerada uma medida coerente, assim como a redução nos gastos sociais também não. Se a principal preocupação é não perder a competitividade dos preços das exportações, uma outra política é possível, afirma Husson (2006),

Ora, assim como os salários, os dividendos são um elemento da determinação dos preços: um aumento dos salários pode [...] ser compensado por uma baixa dos benefícios financeiros, de tal forma que a competitividade permaneceria imutável, [como] acompanhar o repasse dos rendimentos financeiros para os salários (HUSSON, 2006, p. 5).

Porém, bem sabemos que isso significaria mexer na estrutura de repartição da renda, possibilidade pouco palpável no regime de acumulação em que vivemos, não se pode atentar contra a saúde financeira dos ricos. Enquanto isso, a saúde tanto física quanto mental dos trabalhadores é constantemente exposta a riscos. A adoção de alta tecnologia associada à redução de trabalhadores nas empresas tem gerado um aprofundamento dos problemas inerentes ao modo de produção capitalista, além de uma sobrecarga de informações e habilidades aos trabalhadores, não apenas aos operários, mas também àqueles em cargos de chefia, diretorias, gerências, etc, tudo isso, sob pressão de não perderem o emprego. Os acidentes de trabalho, na maioria dos casos, não são produtos de questões técnicas, mas psíquicas, segundo o último relatório da Organização Internacional do Trabalho, o número de feridos em acidentes de trabalho chega a 317 milhões por ano no mundo, a maior parte dos acidentes de trabalho aconteceu na agricultura, setor em que 10,2 trabalhadores, a cada 100 mil, sofreram algum tipo

de acidente, o segundo setor nas estatísticas foi o da indústria, com 4,3 trabalhadores acidentados, e o terceiro, o de serviços, com 1,6 acidentados a cada 100 mil trabalhadores. O relatório também registra que ocorre uma média de mais de 6.300 mortes diárias relacionadas com o trabalho, além disso, o estudo mostrou que de 2003 a 2008, o número de mortes por acidentes de trabalho ficou menor em 37 mil. Já o número de pessoas que adquiriram doenças que as levou à morte aumentou em 70 mil, ou seja, o trabalho vem causando mais doenças fatais que mortes por acidentes.

Fatores psicológicos, como a tensão, o assédio e a violência no trabalho têm um impacto relevante sobre a saúde dos trabalhadores, assim como as crises de recessão que tem impacto direto sobre a segurança no emprego e sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. A psicanalista e pesquisadora da área de saúde mental e das causas do sofrimento psíquico no trabalho, Alevato [2004] relata que a depressão é a doença mais encontrada, entretanto, existem muitas outras patologias ligadas ao trabalho, mas estas muitas vezes, não são devidamente diagnosticadas, segundo a especialista, porque quando uma pessoa chega ao médico, a investigação passa por dimensões pessoais e raramente cobre a situação de emprego, entre as quais são apontadas alergias, dificuldades sexuais, úlceras, hipertensão, colesterol, alcoolismo, pânico, problemas cardíacos, mortes súbitas e até mesmo suicídios. Na China, por exemplo, de acordo com o relatório GISWath 2011, as condições perversas enfrentados pelos trabalhadores da Foxconn – empresa que fabrica componentes eletrônicos e computadores para marcas famosas como Apple, Intel, Dell, além de videogames para a Sony, a Nitendo e a Microsoft, e celulares para a Motorola – está levando a muitos suicídios, e o pior, houve uma tentativa da empresa em forçar os trabalhadores a assinar documentos com termos anti-suicídio em conjunto com a federação sindical governamental chinesa (ACFTU) em 2006.

Uma outra situação brutal apontada também pelo mesmo relatório publicado no LaborNet¹⁵, é até mesmo em empresas que já se estabeleceram no ideário popular como os melhores lugares do mundo para se trabalhar, a realidade

15 Site fundado em 1991 com sede nos EUA, Reino Unido, Áustria, Alemanha, Coreia, Turquia e Japão com o intuito de construir uma rede de comunicação democrática e de solidariedade entre os trabalhadores em todos os cantos do mundo.

se mostra bem amarga, um exemplo, está no relato de um ex-funcionário da Google de que lá os funcionários são separados por emblemas coloridos e os de nível inferior são discriminados na empresa em razão da cor do crachá que eles usam, ele desabafa dizendo:

"Falando por mim, o que me preocupa é que há, aparentemente, uma classe de trabalhadores (amarelos) para os quais são negados privilégios que são dados a outros trabalhadores de natureza equivalente não-qualificados ou temporário (vermelhos)... A única diferença entre essas duas classes de trabalhadores são a natureza exata de seu trabalho (de digitalizadores versus, por exemplo, zeladores), e sua origem racial mestiça. Na minha opinião, nenhum desses motivos é um motivo legítimo para retirar um privilégio, como transporte gratuito para um grupo, enquanto garantem esta mesma concessão para o outro grupo [...]" (Andrew Norman Wilson, ex-funcionário do Google. In: GISWath, 2011)

Todavia, sabemos que tudo isso é resultado da corrida do capital em vencer seus concorrentes a custa dos trabalhadores, os quais, em geral, são impelidos a uma esforço de competitividade sem trégua entre eles mesmos, e na busca pela sobrevivência submetem-se às mais diversas condições precárias de trabalho espalhadas por todo mundo.

Quando se trata de trabalho infantil a situação, que já é inaceitável por si só, torna-se ainda mais preocupante. Em todo o mundo, a cada minuto uma criança em regime de trabalho infantil sofre um acidente de trabalho, doença ou trauma psicológico, de acordo com o relatório 2011 "Crianças em trabalhos perigosos: o que sabemos, o que precisamos fazer", da OIT. São mais de 1.400 acidentes por dia, a OIT estima que haja cerca de 215 milhões de trabalhadores infantis no mundo, dos quais mais da metade estão em trabalhos perigosos. Essas crianças também são vítimas do desemprego de seus pais, e entre correr riscos de morte trabalhando e garantir sua sobrevivência, o imediatismo da necessidade de conter a fome prevalece. A recomposição da superpopulação relativa também se dá por meio da exploração do trabalho infantil e as crises só tendem a colaborar com o aumento da exploração de crianças e adolescentes, e por conseguinte, aumento de acidentes e mortes.

Contudo, em meio a todas estas situações, a classe trabalhadora não parece de modo algum estar sendo conduzida ao "*museu das antiguidades ao lado da roca de fiar e do machado de bronze*", para utilizar uma famosa frase de Engels. Pelo contrário, se junto ao avanço tecnológico, o desemprego estrutural crescente, a

redução dos salários e o aumento da precarização do trabalho provocam uma reestruturação da força de trabalho em termos de ampliação da superpopulação relativa, a classe trabalhadora no mundo inteiro está encontrando novas formas de se recolocar como uma classe que representa a maioria, e o uso de novas tecnologias da informação, redes sociais e internet tem desempenhado um papel fundamental tornando cada vez mais palpável as palavras do Manifesto: “*trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos*”. Exemplo recente é o caso dos trabalhadores egípcios de Mahalla que usaram seus celulares, como também sites de redes sociais, como o *YouTube*, para divulgarem seus planos, organizarem suas ações e superarem o controle governamental da informação, o que levou à fundação do movimento de massas que contribuiu para a retirada de Mubarak do poder. As transformações na forma de se organizar, que hoje tem facilitadores como as redes sociais, as quais permitem incluir a todos num movimento de luta até mesmo em nível internacional, só se tornam possíveis graças a uma retomada de consciência e do surgimento de uma nova sensibilidade dos trabalhadores enquanto classe, que apesar de heterogênea e complexa mantém um elo que atualmente encontra-se mais fortalecido: o descontentamento com o desemprego.

Antes as relações se organizavam de forma vertical, de cima para baixo. Agora é de forma horizontal, para os lados, na imediatez da comunicação à velocidade da luz. Este modo representa o tempo novo que estamos vivendo, da informação, da descoberta do valor da subjetividade, não aquela da modernidade, encapsulada em si mesma, mas da subjetividade relacional, da emergência de uma consciência de espécie (BOFF, 2012).

A dimensão cada vez mais absoluta da superpopulação de trabalhadores, liberados pelo capital ao impor contenção de gastos sociais, achatamento de salários e cortes de investimentos produtivos entre outras tentativas de superar a crise econômica e suas derivadas, pode implicar numa junção de forças daqueles que não tem nada a perder, considerando-se as possibilidades dadas pela novas ferramentas de comunicação e informação e o fato de que essa superpopulação formada para ser fator contrário à lei de tendência à queda da taxa de lucro pode representar também um contingente de lutadores em causa própria. Liberados de seu tempo de trabalho, arrumam outras ocupações e entre elas está a possibilidade de se articular com seus semelhantes em defesa de interesses comuns.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos numa situação em que se alarga o acirramento da concorrência, criado pela mundialização do capital, no interior da classe trabalhadora. Conforme Chesnais (2006, p. 6) esta concorrência *“insinua-se por mil e um canais, entre os quais o da imigração e da situação de profunda dependência dos trabalhadores imigrantes face ao capital, mas também o das condições que conhecem os trabalhadores precarizados e os desempregados.”* O cenário de crise do capital contribui largamente para o crescimento do desemprego nos países do Norte, que muitos estudiosos de olhos vendados tentaram explicar com argumentos de cunho xenofóbico, contribuindo para o aumento de medidas protecionistas ao redor de suas fronteiras. Diante da recessão, os trabalhadores do Norte sentem seus empregos ainda mais ameaçados, e os trabalhadores do Sul, também não poderiam sentir-se diferentes, ainda mais que não são apenas seus empregos que ficam ameaçados, mas também suas vidas, visto que nessas situações, multiplicam-se as ações violentas de movimentos fundados na xenofobia, como ocorreu na Alemanha dos *skinheads*.

A China é hoje um exemplo emblemático da concorrência mundial direta entre os trabalhadores, não pela imigração de trabalhadores chineses, mas sim por atrair multinacionais esmagando seus salários, por intermédio de uma gestão estatal da força de trabalho que fornece salários indiretos e reprime o sindicalismo independente, mostrando-se, desse modo, como ameaça para a Europa e outras partes do mundo. Mas não podemos esquecer que quem cria essa concorrência feroz entre os trabalhadores é o capital.

Nesta exposição, trouxemos o conceito de superpopulação relativa para explicarmos o acirramento dessa concorrência entre os trabalhadores pelo mundo, numa tentativa de não tendermos ao simplismo ou à paixões, e nem nos fecharmos às explicações acerca das forças de mercado, ou seja, as explicações que se dão somente sob os aspectos da oferta e da demanda. Assim, pudemos verificar no capítulo 3, desta exposição, que são múltiplas as causas do aumento do desemprego no mundo, e estas puderam ser compreendidas a partir de algumas das principais determinantes recentes da expansão da superpopulação relativa,

superpopulação relativa esta, que como vimos no capítulo 2 de nossa exposição, pode representar as múltiplas formas que os trabalhadores tomam conforme o desenvolvimento do regime de acumulação do capital. Apontar apenas para um efeito natural da crise do capital torna a compreensão sobre o desemprego incompleta, haja vista que, apesar de o crescimento do desemprego no mundo ter sido acentuado pela crise, ele é resultado de alguns processos de degradações acumuladas nas últimas décadas: expansão da esfera financeira e do neoliberalismo enquanto saída para a crise capitalista, no qual constatamos que ambos processos desencadearam um regime que não favorece à acumulação e promove altas taxas de desemprego e por isso constituem nitidamente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores; a desindustrialização como impulsionador da deslocalização industrial e esta, por conseguinte, como impulsionadora da expansão da superpopulação relativa em seus seguimentos mais profundos por acirrar a concorrência entre os trabalhadores de país para país, formando uma pressão dos salários para baixo, em nível mundial. E o aumento da exploração e o enfraquecimento do poder dos trabalhadores na produção dado aos processos de flexibilização e precarização do trabalho, que tornam a classe dos trabalhadores acentuadamente heterogênea e fragmentada, cedendo novos contornos à forma de o capital explorar, dominar e humilhar os trabalhadores.

Em nossa análise de dados no item 4.1 do capítulo 4, percebemos um crescimento da participação de trabalhadores com idade próxima a de aposentar-se, tanto com relação à camada da superpopulação relativa flutuante, quanto ao exército ativo. Isso é o resultado das mudanças nas políticas sociais e previdenciárias, que representam uma ameaça aos direitos sociais dos trabalhadores fruto de conquistas históricas. Essas políticas vão tanto no sentido de aumentar a idade mínima para a aposentadoria, como também, redução do valor desta. Tivemos notícia recentemente que na Grécia, houve cortes na aposentadoria como parte das medidas para reduzir os gastos públicos, na tentativa de salvaguardar o capital. Acompanham essa medida o ajuste na idade média para a aposentadoria, diminuição do salário mínimo, aumento da carga horária de trabalho, além de aumento nos impostos. Enquanto isso, os jovens, no mundo inteiro, tem dificuldades em conseguir uma vaga de trabalho, o que favorece o desencorajamento em

procurar emprego, o que justifica a ampliação em cerca de 96% da participação destes na camada da superpopulação estagnante. Presumivelmente, alguma ocupação estes jovens passam a buscar, podendo ser nos chamados “bicos” e/ou até mesmo no mundo do crime. Estas ocupações chamadas de “bicos” tem um caráter de trabalho temporário, o que configuraria um trabalhador, nessa condição, como parte da superpopulação flutuante, mas dificilmente encontramos dados sobre essa forma de trabalho. Caso fosse possível inseri-la na pesquisa, possivelmente nossa análise de dados apresentaria uma superpopulação relativa flutuante maior que o exército ativo.

Nossa análise apontou também que há uma prevalência de homens no exército ativo, assim como nas camadas da superpopulação relativa latente e flutuante. A presença de mulheres só é maior que a dos homens na superpopulação estagnante, o que nos permite dar uma interpretação metafórica à descrição de Marx sobre essa camada, quando ele afirma que esse seguimento da superpopulação relativa “*constitui um elemento auto-reprodutor e auto-perpetuador da classe operária*” (Marx, Livro 1, vol. 2, 1984, p. 208).

A expansão da superpopulação relativa em suas camadas mais profundas promove uma pressão sobre a parte da classe trabalhadora que se encontra assalariada, de tal forma que esta se submete à uma exploração desenfreada e a condições precárias de trabalho – que podem causar até mesmo sequelas graves à saúde – por temer que aquelas tomem seu posto de trabalho. Deste modo, portanto, é que o capital instaura a concorrência entre os trabalhadores e detém o domínio sobre a relação entre capital e força de trabalho. Com o processo de mundialização do capital e de expansão da superpopulação relativa – até mesmo nos países ricos – foi dado um caráter planetário a esta concorrência entre os trabalhadores, o que por sua vez, só aviva ainda mais a dominação do capital nesta relação de forças.

A concorrência de país para país entre os trabalhadores tomou esta dimensão graças, principalmente, à combinação de dois movimentos: a liberdade do movimento de mercadorias e de investimentos diretos, fundamentalmente puxados pelas multinacionais, acompanhado por um movimento controlado de trabalhadores imigrantes. A combinação desses movimentos tem por objetivo essencial obter um

alinhamento para baixo dos salários e dos níveis de proteção social em escala mundial. Paralelo à mundialização crescente do capital, expandem-se as camadas mais profundas da superpopulação relativa, que passam a crescer até mesmo nos países ricos, mesmo estando mantidas fechadas suas fronteiras para a liberalização dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALEVATO, Hilda. **Como está a saúde do trabalhador?**. Rio de Janeiro: RH, 18 de junho de 2004. Entrevista concedida à Patrícia Bispo. Disponível em: <[http://www.rh.com.br/Portal/Qualidade de Vida/Entrevista/3840/como-esta-a-saude-do-trabalhador.html](http://www.rh.com.br/Portal/Qualidade_de_Vida/Entrevista/3840/como-esta-a-saude-do-trabalhador.html)> . Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Afinal quem é a classe trabalhadora?** In: Revista da RET, ano II, nº. 3, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/20425886/RicardoAntunes-Afinal-quem-e-a-classe-trabalhadora-hoje>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2012.

BANCO MUNDIAL, **DataBank**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NE.GDI.TOTL.ZS?display=graph>> Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

BEHRING, E. R. ; DOHER, I. ; BASTOS, I. G. . **O Custo do Passaporte para a Globalização**. In: 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998, Goiânia. Caderno de Comunicações. Goiânia : CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 1998. v. 1. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-042.pdf> Acesso em: 6 de dezembro de 2011.

BEHRMAN, Jack N. **Política Industrial**: a reestruturação internacional e as multinacionais. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

BOFF, Leonardo. **Para onde irão os Indignados e os “Occupiers”?** . Publicado em 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/8847>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2012.

BRAGA, Ruy. **A Reestruturação do Capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **A atual crise capitalista**. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br>> Acesso em: 24 de maio de 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Elementos básicos da teoria marxista do valor**. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/.../comunicações/GT1/gt1m2c4.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

COGGIOLA, Oswaldo. **Neoliberalismo: futuro do capitalismo?** In: KATZ, Cláudio, COGGIOLA, Oswaldo (Orgs.). **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. (Coord.). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Crise da Ásia ou do Capitalismo?** (Entrevista). In: Revista Adusp, jul./1998, p. 29-36.

_____. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Tradução de Ruy Braga. Revista Les Temps Modernes, n. 607, 2000. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

_____. **A mundialização do exército industrial de reserva**. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr3_artigos_01_francois.htm>, 2006. Acesso em: 31 de março de 2011.

CORSI, F. L.. **Reconfiguração do capitalismo global: retrocesso estrutural das economias latino-americanas e ascensão do Leste Asiático**. In: II Congresso Internacional: Ciências, tecnologias y culturas, 2010, Santiago do Chile. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1210/1078>>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. **A hegemonia norte americana**. In: Chesnais, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. SP: Boitempo Editorial, 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Regulação estatal do espaço da força de trabalho (no plural, na periferia)**. In: Revista de Políticas Públicas. Universidade federal do Maranhão, Unidade de pós-graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Políticas Públicas, v.2, n. 1, 1996.

_____. **Crítica da teoria geral do capitalismo**: uma abordagem gráfica. In: 4º Colóquio Marx e Engels (CEMARX), UNICAMP, nov./2005.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e superpopulação relativa no Brasil nos anos 1990**. In: International Conference on Globalisation and Resistance, University of Brighton, UK, 12th – 13th March, 2005. Disponível em: <www.fclar.unesp.br/eco/amg-pesq.pdf> Acesso em: 17 de junho de 2007.

GIMENEZ, Denis Maracci. **Políticas de emprego no capitalismo avançado**: trajetória no século XX e o significado da ruptura neoliberal, 2001. (Dissertação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document>> Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

GISWatch. **Internet rights and democratisation, 2011**. Disponível em: <<http://giswatch.org/en/2011>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2012.

GOMES, José Menezes. **Acumulação de Capital e Plano de Estabilização**: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90, 2004. (Tese) – Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-graduação em História Econômica.

_____. **Retrospectiva da Economia dos EUA no Século XX**. In: Dinâmica da Economia Mundial Contemporânea. São Paulo: SCOR Editora TECCI, 2003.

_____. **Fase Neoliberal**: resultados e perspectivas. In: SEPLA (Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **A Empresa Transnacional**. In: Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil, p. 389-409, RJ: Elsevier, 2002.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAYEK, Friederich Von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Editora Globo, 1977.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUSSON, Michel. **Mundialização**: novo horizonte do capitalismo. Tradução: Paula Regina Pereira Marcelino. Revista Margem Esquerda, nº. 8, 2006. Disponível em: < <http://hussonet.free.fr> > Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

ILO (International Labour Organization). **Laborsta**: Economically active population, by occupation and status in employment. Disponível em: < http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html > Acesso em: 2 de agosto de 2010.

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1996.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Dinâmicas Planetárias e Repercussões Territoriais**: a perspectiva das cadeias mercantis globais. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 21, p. 83-110, 2007.

MARQUETTI, Adalmir. **A economia brasileira no capitalismo neoliberal**: progresso técnico, distribuição, crescimento e mudança institucional. In: Programa de Seminário Acadêmicos, USP, 2004. Disponível em: < <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/marquetti.pdf> > Acesso em: 23 de junho de 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O Capital**. Tradução Rerginaldo Santana. 13.edição. Rio de Janeiro: Editora. Bertrand Brasil, Livro I, vol.1, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. **Crise financeira ou... de superprodução?**, 2010. Disponível em: <http://resistir.info/crise/crise_remy_paulo.html> Acesso em: 24 de maio de 2011.

NAVARRO, Luis Hernández. México, polícia dos Estados Unidos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 5 de fev. 2011. Política: América Latina. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/print.php?tipo=ar&id=63>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

NETO, José Meneleu. **Desemprego e luta de classes**: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; TEIXEIRA, Francisco José Soares (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). **OECD Statistics**: labour. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/index.aspx>> Acesso em: 2 de agosto de 2010.

OIT: número de feridos em acidentes de trabalho chega a 317 milhões por ano. O Globo: Economia. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/oit-numero-de-feridos-em-acidentes-de-trabalho-chega-317-milhoes-por-ano-2700651>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; TEIXEIRA, Francisco José Soares (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização**: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), p. 219-232, abril-junho, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento Capitalista e Divisão do Trabalho**. In: Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social, p. 15-35, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. São Paulo: Campus, 1988.

PYL, Bianca. **A cada minuto, uma criança sofre acidente de trabalho, diz OIT**. Rede Brasil Atual: Cidadania, publicado em 12 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2011/06/a-cada-minuto-uma-crianca-sofre-acidente-de-trabalho-diz-oit>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

Relatório da OIT mostra que trabalho causa mais doenças fatais que mortes por acidente. SindSaúde: Santa Catarina, publicado em 14 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://sindsaudesc.blogspot.com/2011/09/relatorio-da-oit-mostra-que-trabalho.html>>. Acesso em 08 de dezembro de 2011.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Deindustrialization**: its causes and implications. Washington, D.C.: FMI, 1997. Disponível em: <<http://www.imf.org>> Acesso em 31 de março de 2011.

SILVA, Sara Beserra. **A expansão da economia chinesa e sua repercussão na economia mundial**, 2007. (Monografia) – Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Ciências Econômicas.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 6. ed., São Paulo: Contexto, 2003.

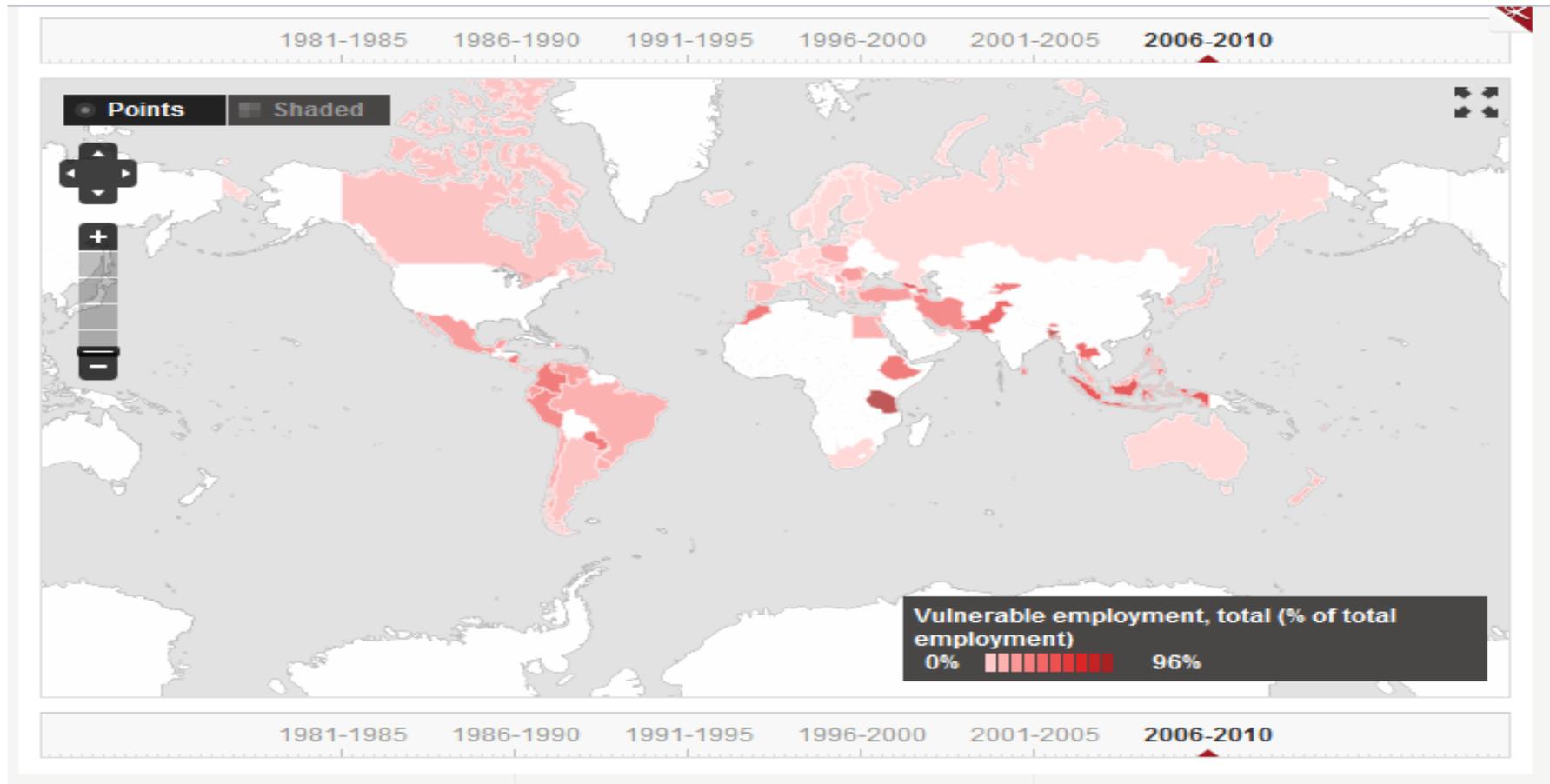
_____. **Dominação e Desigualdade**: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

The Economist. Work longer, have more babies (editotial), 25 set. 2003. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/2085219>> Acesso em: 5 de fevereiro de 2012.

XAVIER, Jurandir Antônio. **A industrialização subdesenvolvida**: capital, classe e Estado na industrialização brasileira. Paraíba: Editora Universitária UFPB, 1993.

ANEXOS

Anexo A – Crescimento da participação do emprego vulnerável mundial (% do total de empregos)



Fonte: Data Bank, Banco Mundial, 2012.

Anexo B – Indicador do crescimento anual dos custos da força de trabalho

Assunto: Custo unitário do trabalho

Setor: Total da economia

Medição: Taxa de crescimento anualmente

Frequência dos dados: Anualmente

Time	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Country												
Australia	1.5	3.1	0.8	2.2	1.8	4.3	4.0	5.8
Austria	0.3	-0.1	0.6	0.2	1.2	-0.8	0.5	0.7	0.6	3.1	5.1	-0.5
Belgium	1.6	0.6	3.7	2.4	0.8	0.0	1.4	2.0	2.2	4.1	4.4	-0.3
Canada	-0.4	2.0	2.2	1.0	2.5	2.3	2.3	3.8	3.4	2.8	3.0	..
Czech Republic	2.4	2.1	6.5	5.8	4.7	1.0	-0.8	0.1	2.8	4.6	3.3	0.6
Denmark	1.6	0.2	4.2	3.7	2.2	1.1	2.8	2.3	4.5	6.0	4.2	-0.8
Estonia	3.5	2.4	2.5	2.8	4.9	4.8	3.0	9.4	17.9	14.7	2.0	-6.8
Finland	0.5	0.0	3.5	1.2	1.6	0.0	2.3	0.5	-0.2	6.1	8.1	-1.7
France	0.8	1.6	2.3	2.9	1.9	0.9	1.9	2.1	1.3	2.5	2.9	..
Germany	0.9	0.1	0.0	0.2	0.8	-0.8	-1.1	-2.5	-1.5	2.1	6.6	-1.9
Greece	4.2	1.5	-0.1	9.2	1.2	1.3	3.5	3.0	3.8	5.4	4.8	-0.8
Hungary	6.2	11.6	11.0	8.6	6.0	4.2	2.5	2.0	6.4	4.4	3.0	-3.8
Iceland	6.3	4.5	6.4	7.8	1.4	2.1	4.6	10.5	7.9	5.6	0.8	..
Ireland	1.3	3.1	3.8	0.1	4.7	3.4	6.0	4.1	3.2	4.3	-3.5	..
Israel	6.6	0.8	3.9	1.1	-2.5	-2.4	1.1	4.0	0.7	2.1	0.3	..
Italy	1.8	-0.4	3.3	3.4	4.4	1.5	3.1	1.8	2.1	3.9	4.3	-0.2
Japan	-2.7	-2.4	-1.3	-3.8	-3.1	-3.1	-2.1	-0.6	-2.4	1.0	3.2	..
Korea	-6.3	-0.2	5.5	1.2	5.3	1.3	2.4	0.2	0.7	2.2	0.7	..
Luxembourg	1.0	3.4	5.7	2.3	1.5	1.6	1.9	0.8	1.4	6.2	8.5	1.5
Mexico	17.6	11.1	10.6	6.8	6.1	2.1	3.2	2.5	3.2	4.5	9.1	..
Netherlands	2.0	3.1	4.7	4.5	2.3	0.3	-0.3	0.7	1.6	2.4	5.1	-1.1
New Zealand	-2.5	0.3	3.1	2.0	3.2	4.7	4.5	4.5	4.3	6.6	2.1	..
Norway	4.3	2.0	4.3	3.5	1.6	1.5	3.2	7.3	8.4	8.2	4.6	3.7
Poland	3.9	5.4	3.2	-1.8	-2.8	-2.0	0.7	-0.8	2.6	7.8	2.3	4.9

(continua)

Time	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Country												
Portugal	2.9	4.5	3.5	3.1	3.5	0.8	3.7	0.6	0.8	3.1	3.1	-1.3
Slovak Republic	4.2	11.0	0.9	4.3	5.4	4.0	4.7	0.5	0.4	3.3	5.0	-1.5
Slovenia	5.2	6.9	8.4	5.4	4.3	3.5	1.6	0.8	2.5	6.5	8.7	0.0
Spain	2.0	2.7	3.1	3.0	3.2	2.5	3.5	3.2	3.7	4.6	0.8	..
Sweden	-1.2	4.5	5.3	0.6	0.4	-1.2	0.6	-0.7	4.1	2.6	5.0	-2.1
Switzerland	1.2	1.0	4.7	2.1	0.4	-2.3	1.1	0.6	1.6	2.8	4.5	-1.7
Turkey	82.4	33.1	49.9	30.0	21.2	2.2	0.9	4.9
United Kingdom	2.3	2.8	3.6	2.5	3.0	1.7	2.4	2.2	2.8	2.4	6.1	2.1
United States	1.3	3.6	2.0	0.7	2.4	1.6	2.4	3.1	2.8	2.8	-0.6	..
G7	0.5	1.7	1.4	0.4	1.4	0.5	1.3	1.8	1.4	2.4	2.0	..
OECD – Total	3.0	2.8	3.3	1.6	2.1	0.8	1.6	1.9	1.7	2.9	2.5	..
Non-OECD Member Economies:												
Brazil	1.9	-1.5	0.4	0.2	2.1	-6.7	2.2	-0.6	-0.1
Bulgaria	0.6	0.8	9.0	0.9	4.2	3.6	4.2	4.5	14.0
Cyprus	1.6	2.6	2.2	4.6	9.7	1.4	1.4	0.6	0.9	2.8
Latvia	1.8	-3.0	-2.4	-0.9	5.8	6.3	15.0	15.6	28.0	20.9
Lithuania	-0.3	-8.8	-3.6	1.4	0.2	4.1	6.4	9.8	11.1	10.9
Malta	3.1	-0.7	10.3	1.8	4.4	0.5	0.8	0.9	0.3	3.0
Romania	..	65.3	44.1	17.4	18.8	4.1	22.8	6.8

Fonte: OCDE.Stat, 2011.

Anexo C – Média habitual de horas trabalhadas no emprego principal

Sexo: Todas as pessoas

Idade: Total

Tipo de emprego: Total

Tipo de jornada: Tempo integral

Frequência dos dados: Anual

Time	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Country											
Australia	44.7	44.0	44.0	44.0	43.7	43.7	43.4	43.3	43.5	43.2	43.2
Austria	41.2	41.2	41.3	41.2	43.6	43.6	43.6	43.5	43.2	42.9	42.7
Belgium	41.1	41.3	41.3	41.2	40.9	41.0	40.7	40.9	40.5	40.5	40.7
Canada
Chile	45.7	45.6	45.8	45.8	45.7	44.1	44.0	44.0	44.4	44.3	44.6
Czech Republic	44.5	42.4	42.5	42.8	42.7	42.6	42.5	42.6	42.5	42.4	42.3
Denmark	40.0	39.8	39.7	39.7	39.7	39.9	39.8	39.7	39.6	38.1	38.2
Finland	40.8	40.6	40.7	40.6	40.4	40.7	40.6	40.3	40.3	40.2	40.2
France	40.2	39.6	39.0	40.8	40.8	40.9	40.9	40.9	40.9	40.9	41.0
Germany	41.5	41.3	41.2	40.7	41.0	41.2	41.2	41.1	41.1	41.2	41.2
Greece	44.5	44.5	44.5	44.7	44.5	44.6	44.6	44.3	44.4	44.6	44.5
Hungary	41.9	41.5	41.4	41.4	41.2	41.0	41.0	40.9	40.8	40.7	40.6
Iceland	48.5	48.0	47.2	45.9	45.7	46.0	46.2	46.1	45.4	44.0	43.9
Ireland	42.5	42.1	41.8	41.5	41.3	41.2	40.9	40.8	40.7	40.4	40.4
Italy	42.0	41.8	41.7	41.8	42.1	41.9	41.8	41.8	41.8	41.4	41.3
Japan
Korea	53.6	53.6	53.0	52.4	52.2	51.8	51.5	50.6	49.6	49.7	49.2
Luxembourg	41.3	41.1	40.7	41.1	40.6	40.5	39.9	39.4	39.5	40.9	40.7
Mexico	48.4	48.0	47.6	47.7	48.2	49.2	49.2	49.1	49.1	49.0	49.2
Netherlands	39.7	39.7	39.3	39.2	39.2	39.3	39.3	39.3	39.2	39.2	39.3
New Zealand	45.3	45.0	44.9	44.8	44.4	44.3	44.0	43.9	43.9	43.6	43.5
Norway	39.0	38.9	38.9	38.8	38.7	38.8	38.9	38.7	38.7	38.6	38.5
Poland	43.8	43.8	43.9	44.0	44.0	43.9	43.6	43.5	43.2	42.8	42.7
Portugal	41.9	41.7	41.8	41.6	41.5	41.5	41.3	41.4	41.4	41.3	41.2
Slovak Republic	42.9	42.6	41.8	41.1	41.4	41.6	41.7	41.7	41.6	41.5	41.5

(continua)

Time	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Country											
Slovenia	42.8	42.4	42.7	42.7	42.4	42.4	42.4	41.9	41.8
Spain	42.0	41.9	41.7	41.6	41.6	42.1	42.0	41.9	41.7	41.6	41.6
Sweden	40.2	40.1	39.9	39.9	39.8	38.2	39.8	39.8	39.7	39.7	39.7
Switzerland	42.7	42.7	42.6	42.4	42.3	42.3	42.3	42.3	42.2	42.2	42.0
Turkey	55.1	53.9	53.5	53.2	53.2
United Kingdom	44.0	44.0	43.6	43.4	43.2	43.0	42.9	42.9	42.8	42.6	42.6
United States
Estonia	42.2	42.0	41.6	41.5	41.4	41.3	41.1	41.1	40.8	40.6	40.7
Israel
Russian Federation

Fonte: OECD.Stat, 2011.